

1. Casas que está fazendo Fr.º Joze de Almeida 2. Convento dos Canílos 3. Igreja Matriz

AS MURALHAS DE PORTIMÃO

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL

AS MURALHAS DE PORTIMÃO

FRANCISCO JOSÉ CARRAPICO

JAIME ASCHEMANN PALHINHA • JOSÉ MANUEL BRÁZIO

Com posfácio de

VERA TEIXEIRA DE FREITAS
ANDRÉ TEIXEIRA

Índice

Prefácio	3
Álvaro Miguel Bila	
As Muralhas de Portimão: subsídios para o estudo da história local.	5
Francisco José Carrapiço Jaime Aschemann Palhinha José Manuel Brázio	
As muralhas de Portimão, 50 anos depois: novos achados e revalorização da importância da fortificação	71
Vera Teixeira de Freitas André Teixeira	

Ficha Técnica

Titulo

As Muralhas de Portimão: subsídios para o estudo da história local

Edição fac-símile com posfácio

Entidade editora

Câmara Municipal de Portimão/ Museu de Portimão

Autores

Francisco José Carrapiço, Jaime Aschemann Palhinha, José Manuel Brázio,
Vera Teixeira de Freitas, André Teixeira

Design gráfico

Sersilito

Impressão e acabamento

Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem

500 exemplares

ISBN

978-989-8376-09-1

Depósito legal

556495/25

Prefácio

A identidade de um povo é um legado que importa preservar para as gerações vindouras. É, portanto, com orgulho e satisfação que a Câmara Municipal de Portimão reedita a obra *As Muralhas de Portimão: subsídios para o estudo da história local*, publicação de referência para a compreensão de um elemento essencial da nossa história.

Editado originalmente em 1974, poucos meses após a Revolução de Abril, volta a ganhar destaque em 2025, após a celebração do primeiro centenário de elevação de Portimão a cidade. E ganha relevo, sobretudo, porque coloca novamente na memória coletiva a existência de um livro notável, há muito esgotado, que se centra neste edificado local, revelador de um importante percurso milenar do território portimonense.

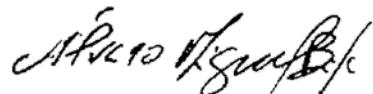
As Muralhas de Portimão: subsídios para o estudo da história local é expressamente destinado à comunidade e demonstra a existência física de um vestígio incontornável que, em muito, contribuiu para o desenvolvimento da cidade e que, apesar de se situar em espaços percorridos diariamente pelos cidadãos no seu quotidiano, passa despercebido aos olhos de muitos.

Este fortificado é, seguramente, um elemento marcante na origem da nossa urbe, que localizada na margem do Rio Arade, era, naquele período, de fácil acesso. A muralha, reforçada por baluarte e torreões, permitiu uma vigilância eficaz após a sua construção. Foi, ademais, dentro deste polígono que Portimão cresceu e se desenvolveu em segurança, representando, desta forma, um edificado chave para a defesa da povoação.

A reedição desta obra é também, por si só, uma forma de homenagear os seus autores, figuras incontornáveis e pioneiras no estudo dos vestígios do passado portimonense e na proteção e valorização desta nossa origem.

Acredito que a melhor forma de honrar o seu legado e os seus alertas para a necessidade de proteger esta herança, é demonstrar que as suas vozes foram ouvidas e que, atualmente, a atuação autárquica considera os valores patrimoniais como imprescindíveis no desenvolvimento de uma sociedade civil plena e integradora.

Voltar a colocar esta publicação em foco é, portanto, uma responsabilidade assumida pelo Município de Portimão que, simultaneamente, convida a comunidade a olhar para este património histórico, para a sua valorização e defesa, mantendo vivo um testemunho, ainda hoje visível, daquele que pode ser considerado o berço do núcleo urbano de Portimão. Um legado que enriquece a identidade portimonense e cuja história volta a estar acessível a toda a população.



(Presidente da Câmara Municipal de Portimão)

CINQUENTENÁRIO DE PORTIMÃO

FRANCISCO JOSÉ CARRAPIÇO

JAIME ASCHEMANN PALHINHA // JOSÉ MANUEL BRÁZIO

AS MURALHAS DE PORTIMÃO

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO

1974

Gravura da Capa — Vila Nova de Portimão no final do séc. XVIII (1794). Extraída da Carta Antiga n.º 268 da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral.

AGRADECIMENTOS

Esta pequena obra só foi possível graças à amável colaboração e compreensão de todos aqueles que, de uma forma directa ou indirecta, nos ajudaram e ampararam durante a realização deste trabalho.

Queremos agradecer de forma particular ao Dr. José Tello Queiroz a amável colaboração que nos prestou e o incentivo que nos deu durante a realização deste nosso trabalho.

Também aqui fica o nosso agradecimento muito especial para o Dr. Mário Fernandes Ferro, professor do Liceu Nacional de Portimão, pelo apoio, compreensão e orientação didáctica e metodológica, absolutamente necessários para a realização desta pequena obra.

Agradecemos igualmente ao Instituto Geográfico e Cadastral, nas pessoas dos Engenheiros Fonseca Alexandre e Gabriel Mendes, que amavelmente se prontificaram a pôr à nossa disposição todos os elementos de consulta aí existentes, absolutamente necessários para a concretização deste trabalho.

OS AUTORES

PREFÁCIO

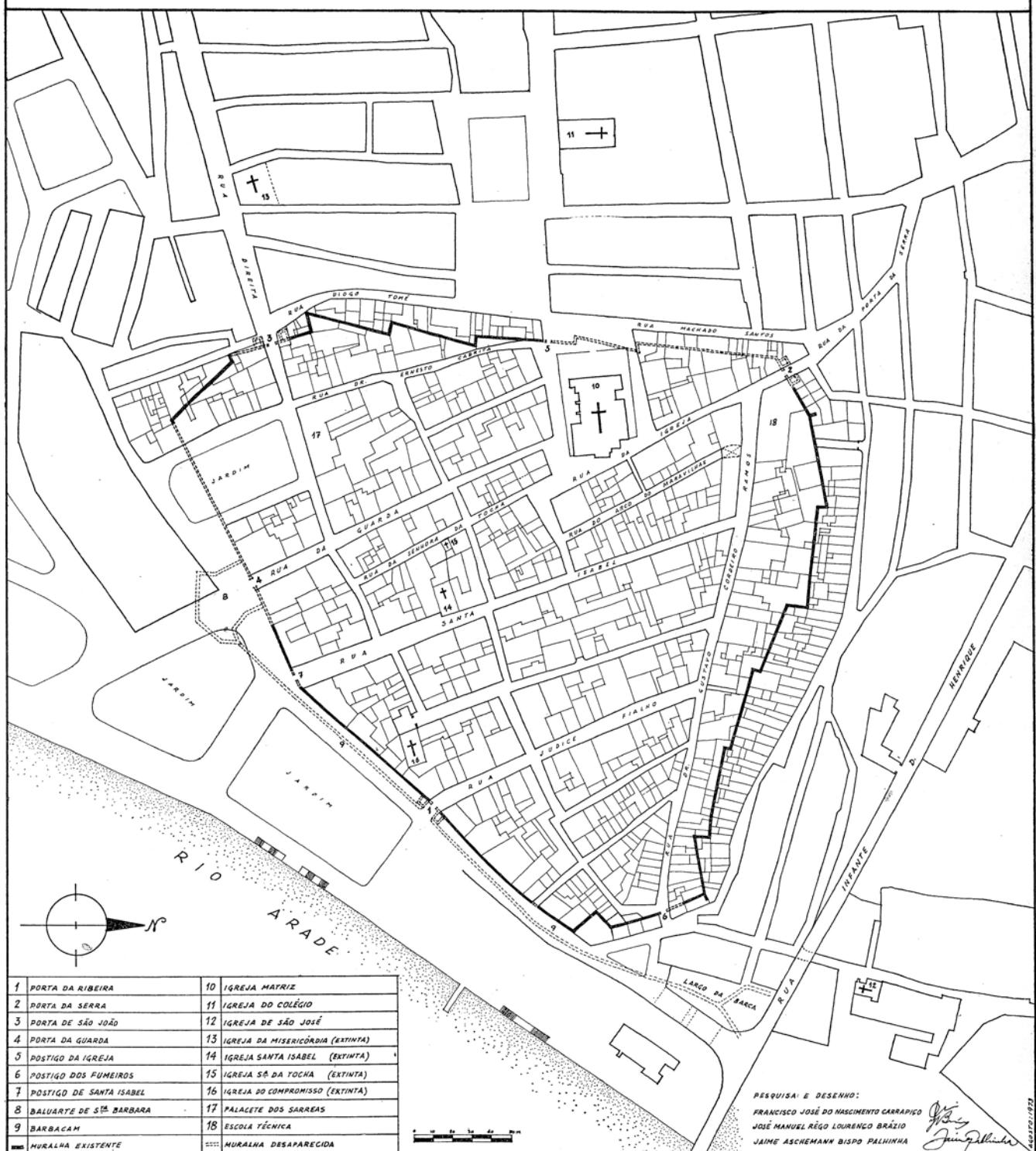
É para ti, meu caro amigo Cidadão Despreocupado, que nós dirigimos este trabalho. Tu que trabalhas nesta cidade, que passas por ela sem a veres quando vais apressado para o emprego, ou quando regressas calmamente ao teu lar, tu que levas uma vida calma e descontraída tenta aperceber-te do que te rodeia.

Por acaso já imaginaste, num momento de descanso, como seria Portimão há uns 400 ou mesmo 500 anos atrás? Já pensaste alguma vez que Portimão poderia ter tido muralhas e que alguns dos seus restos ainda hoje existem? Pois, meu caro amigo Cidadão Despreocupado, a esta e outras dúvidas poderás encontrar as respostas desejadas dentro desta pequena obra, se tiveres a paciência de a ler.

Espero que quando a terminares, consigas ver que existe realmente uma «coisa», com que tu te podes orgulhar na tua cidade e que aquele muro velho e feio que existe junto ao teu quintal e que tanto te irrita, passe agora a ser para ti, o símbolo de uma herança que tu, meu caro amigo Cidadão Despreocupado, saberás conservar e merecer.

Agosto de 1974

* MURALHAS DA CIDADE DE PORTIMÃO *



INTRODUÇÃO

Durante a demolição de uma série de casas na rua Diogo Tomé foram postos a descoberto alguns troços de muralha que despertaram, desde o início dos trabalhos, a atenção e a curiosidade dos construtores. Mais tarde, esta descoberta levou-nos a interessar vivamente por este assunto.

Na verdade, não era por nós inteiramente desconhecida a existência de muralhas em Portimão, já que nas duas monografias escritas sobre a cidade, elas são mencionadas. Mas a sua localização era obscura e não havia a certeza de que alguns restos de muralha tivessem sobrevivido ao tempo e aos estragos dos homens.

Partindo deste ponto, reunimos todos os elementos mais activos e interessados neste problema para que se tentasse fazer um reconhecimento, localização e traçado das muralhas da antiga vila de Portimão. Até à presente data, segundo cremos, não tinha sido feito semelhante trabalho, tornando-o assim num documento essencial e de toda a utilidade para o conhecimento histórico da cidade.

Pretendemos com este trabalho fazer, não uma nova história de Portimão, mas sim lançar, baseando-nos em dados reais, obtidos através da consulta de livros, mapas e, sobretudo, da observação directa no local, um pouco de luz sobre o problema da localização das muralhas na actual cidade de Portimão. Assim elaborámos três mapas originais. Um deles mostra-nos Portimão em 1773 e foi baseado na carta antiga n.º 267 do Instituto Geográfico e Ca-

dastral. Outro, da vila em 1818, resultou da consulta do Tombo dos Bens do Concelho e contém a relação dos aforamentos que nos foi possível reconstituir. Com a elaboração deste mapa, foi-nos possível suprimir certas dúvidas que restavam quanto à localização exacta das muralhas. Finalmente, o terceiro mapa mostra-nos o traçado da muralha de Portimão em 1973.

Sempre que necessário faremos alguns comentários que auxiliem o leitor a ter uma visão correcta do contexto histórico-sócio-económico em que as muralhas e, sobretudo, Portimão, estavam enquadrados.

Embora, por motivos metodológicos começemos a nossa obra no séc. XV, já que foi neste século que se iniciou a construção da muralha da Vila, não queremos deixar de referir que a história de Portimão remonta a muitos séculos atrás como o demonstra, claramente, a descoberta de objectos pré-históricos neste local (VEIGA, Estácio da — *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. II, pg. 345). Outros achados arqueológicos demonstram-nos a passagem de várias civilizações, entre as quais podemos salientar com segurança, a romana. Esta civilização fundou em Portimão ou em Alvor, a cidade de Portus Hannibal, que, segundo muitos autores, teria sido, anteriormente o local de desembarque das tropas cartaginesas na Península Ibérica, antes da segunda Guerra Púnica.

Mais tarde, durante o domínio árabe, Portimão teria sido o porto da cidade de Silves devido às suas excepcionais condições naturais. Por aqui se efectuariam as trocas comerciais com o resto do mundo árabe.

Depois da conquista do Algarve, pelos Portugueses, começou-se a verificar, a partir do séc. XV, um crescente assoreamento de Silves. Consequentemente, Portimão foi adquirindo gradual importância, com prejuízo para Silves. Os seus habitantes, devido às crescentes epidemias que aí começaram a grassar, motivadas pela estagnação das águas, decidiram, em alguns casos, deslocar-se para a zona de Portimão e fundar uma povoação denominada

São Lourenço da Barrosa. Esta povoação fundada no séc. XV (provavelmente em 1463), não deve ser considerada como o ponto de origem de Portimão, já que, se por um lado coexistiram no mesmo século, Portimão dependia do seu donatário, enquanto que São Lourenço da Barrosa dependia, directamente, do poder real. Aliás, a antiguidade de Portimão está demonstrada inequivocamente através do foral dado por D. Manuel I, onde é referido um outro, dado por D. Afonso III, no séc. XIII.

A história de S. Lourenço da Barrosa foi relativamente curta e triste, já que desde a sua fundação se começou a gerar uma nefasta competição económica entre ela e os donatários de Portimão que, ao fim de algum tempo, conseguiram fazer com que S. Lourenço da Barrosa desaparecesse, sendo posteriormente incorporada em Portimão e perdendo todas as regalias régias.

Actualmente encontramos o sítio de S. Lourenço situado perto do local dos Três Bicos onde, possivelmente, se deveria ter situado a antiga povoação de S. Lourenço da Barrosa. Isto demonstra-nos, de uma forma inequívoca, que os interesses económicos são um dos principais factores que regulam os factos históricos.

A VILA E SEUS DONATÁRIOS

Podemos afirmar que a vila de Portimão, com a sua muralha, se enquadra no contexto das vilas e cidades da Idade Média portuguesa, estreitamente relacionadas com uma actividade agrícola precária e uma exploração piscatória mais ou menos organizada e que, em muitos locais, era um dos pontos de sobrevivência das populações.

Tinham uma organização sanitária e hospitalar muito longe das necessidades que a época exigia. Disto são bem prova as fre-

quentes epidemias que se originavam nessas cidades, devido às poucas ou nenhuma condições de higiene aí existentes.

Portimão enquadrou-se dentro deste padrão, tendo tido vários senhores e donatários. O primeiro, foi Rui Afonso de Mello, porta-estandarte do Infante D. Henrique na jornada de Tânger, que morreu em 1467 quando pretendia pôr fim a uma contenda entre tripulações de navios franceses e ingleses ancorados no rio Arade.

Estando o lugar vazio, resolveu D. Afonso V doar Portimão a Gonçalo Vaz de Castelo Branco, pela sua bravura na batalha de Toro, em carta de 10 de Abril de 1476. Este facto vai ter muita importância para a continuação das obras das muralhas, já que, ao que parece, foi D. Afonso V e não Gonçalo Vaz Castelo Branco quem ordenou o seu início, mesmo antes da doação do local a este último. Devemos referir que, nessa altura, qualquer lugar só poderia ser designado por *vila* se fosse cercado de muralhas. Este facto tem grande significação, já que pela primeira vez se emprega a palavra *vila* para Portimão nas Cortes de Évora de 5 de Março de 1475, em que também é pedida a *continuação do cerco de Villa nova de Portimão*. Semelhante pedido é renovado mais tarde nas Cortes realizadas em Montemor-o-Novo, a 9 de Fevereiro de 1477.

Podemos afirmar que Portimão foi elevado a vila pelo menos em 1475 (data da primeira referência escrita a este respeito), coincidindo esta data com o início dos trabalhos de muralhamento.

Continuando a nossa pequena descrição sobre os senhores de Vila Nova de Portimão, aparece-nos, depois da morte de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, seu filho, D. Martinho Castelo Branco, primeiro conde desta vila. Esta foi doada por carta régia de D. Manuel I a 28 de Maio de 1504, e confirmada mais tarde por D. João III.

D. Martinho Castelo Branco continuou a construção da muralha, parecendo que as obras de fortificação só terminaram por volta do fim da primeira metade do séc. XVII, já que um documento

existente na Torre do Tombo diz: «*Em 20 de Dezembro de 1647 foi concedida a António da Costa Mascarenhas, natural de Portimão e filho de Pedro da Costa Cabrita, a mercê de um ofício de justiça, ou fazenda para a pessoa, que casasse com sua irmã, e a promessa da pensão de quarenta mil reis em uma das comendas de Avis, para os ter, com o hábito da mesma Ordem, além de outros pelos serviços prestados na capitania de Alvor, e na fortificação de Vila Nova de Portimão.*» (Extraído da *Memória Monográfica de Villa Nova de Portimão*, do P.^o José Gonçalves Vieira, pág. 19).

Pelo que podemos deduzir deste documento, as muralhas só teriam ficado terminadas totalmente, na primeira metade do séc. XVII, mais precisamente por volta de 1647. No entanto, é estranho que se tivesse levado aproximadamente duzentos anos para levar a cabo a fortificação total de Portimão. O que bem poderia ter acontecido é que este documento se refira a alguma renovação ou modificação da estrutura inicial da muralha, como por exemplo, a construção do baluarte, que pela sua estrutura deve ter sido posterior à muralha, ficando assim a vila com um estilo de fortificação mais bem adaptado às necessidades de defesa da época.

Achamos, de fundamental interesse, falar um pouco mais sobre a biografia de Gonçalo Vaz de Castelo Branco e de D. Martinho de Castelo Branco, para compreendermos a importância que Portimão teria no contexto económico do Algarve.

Foi encontrada uma lápide tumular, em mármore, na antiga igreja de S. Martinho de Lisboa, hoje demolida, e que ficava próxima do local denominado Limoeiro. Esta lápide tinha o seguinte epítáfio: «*Aqui jaz Gonçalo de Castelo Branco Valente, senhor de Vila Nova de Portimão, Monteiro-Mor, Almotacel-Mor, Escrivão da Puridade, Vedor da Fazenda de El-Rei D. Afonso V e seu testamenteiro, em cujo serviço e companhia foi à tomada de Arzila em África e em Castela com 180 de cavalo rompeu a primeira batalha de Toro, e jaz com ele D. Beatriz Valente, sua mulher e seu filho D. Martinho de Castelo Branco, conde e senhor de Vila Nova de Portimão, Camareiro-Mor de*

El-Rei D. João III e dos três Reis atrás, Vedor da Fazenda de El-Rei D. Manuel I e seu testamenteiro o qual da idade de quinze anos se achou na batalha de Toro e de 62 levou a infanta D. Beatriz a Sabóia. Foi casado com D. Beatriz de Noronha, que aqui também jaz. Pai e filho foram governadores de Lisboa. Viveram até à idade de setenta anos» (). (Memória Monográfica de Villa Nova de Portimão, pág. 25).*

Como se pode verificar qualquer destes nobres desempenhou cargos de capital importância na corte dos monarcas que serviram, cargos estes que exigiam inteira lealdade e confiança do Rei. O exemplo mais flagrante foi o de D. Martinho que acompanhou, como chefe da comitiva real, D. Beatriz a Sabóia (Itália) para efectuar o seu casamento.

IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DE PORTIMÃO

Podemos deduzir que os primeiros donatários de Vila Nova de Portimão eram nobres muito importantes e poderosos. E o facto de ter sido doado Portimão a Gonçalo Vaz de Castelo Branco por D. Afonso V é de grande importância já que, de certeza, D. Afonso V não iria ofertar uma posição sem valor a uma pessoa pela qual tinha tanta estima e amizade. E parece que assim era de verdade, já que Portimão desempenhou, assim como actualmente desempenha, um papel preponderante na economia algarvia.

Foi um centro importante de comércio e indústria ligado às actividades piscatória e agrícola e, também, um centro de exportação de vários produtos, entre os quais se situavam com elevada importância a fruta, sal e peixe seco. Aqui chegavam, frequentemente, navios estrangeiros, para efectuarem trocas comerciais, devido às excelentes condições do porto, particularmente a Mexi-

(*) A infanta D. Beatriz referida era a filha de D. Manuel I.

lhoeira Pequena, onde atingia grande profundidade, que funcionava como ancoradouro de navios de grande tonelagem. Na sua *Corografia do Reino do Algarve* Frei João de S. José refere que neste porto (séc. XVI) se embarca o mais figo do Algarve, concluindo-se daqui a sua imediata importância económica. A extracção do sal, e a sua exportação, tornaram-se um dos maiores rendimentos dos donatários da vila.

Aliado a este contexto económico, ligavam-se uma inúmera série de indústrias de base que apoiavam estas exportações para o estrangeiro. Por exemplo, existiram, no séc. XVI, estaleiros construtores de barcos que apoiavam essa exportação. (J. Romero Magalhães — *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*, pág. 189). Numa carta dirigida ao Rei, os moradores de Portimão fazem referência à construção de *barque*, *caravella* e *naujo* (extraído do mesmo livro, pág. 178), cujas madeiras provenham da serra de Monchique, a qual era, assim, de importância vital para a construção das embarcações e para a economia de Portimão.

Por vezes, houve alturas, em que os estaleiros situados em Portimão construíram navios que eram vendidos para o estrangeiro, mas esta regalia terminou no reinado de D. Sebastião por ordem do monarca, que só *autorizava o corte de madeiras se fossem só para uso dos naturais* (idem, pág. 191).

Como se pode verificar, tanto D. Gonçalo como depois o seu filho, D. Martinho, tinham notório interesse em conservar Portimão, de onde tiravam bastantes regalias económicas, já que ao contrário do que se poderia pensar, Portimão, desde que foi elevado a vila, desempenhou papel muito importante no contexto económico algarvio.

Embora nos desviemos um pouco do tema principal desta publicação, não queremos deixar passar em claro o foral, ou melhor, os forais dados a Portimão.

O foral mais conhecido foi dado a Portimão por D. Manuel I,

a 1 de Junho de 1504, e nele se faz referência a outro, dado por D. Afonso III a Portimão e que, provavelmente, se terá perdido. Verifica-se assim que duzentos anos antes de D. Afonso V, já Portimão tinha o seu foral, sendo por isso, na altura, um local de certa importância para o merecer.

O TERRAMOTO DE 1755

Alguns troços de muralha se conservaram até à actualidade, mas muitos mais se teriam conservado se não fosse o terrível flagelo que nos atingiu no séc. XVIII, o terramoto de 1 de Novembro de 1755.

Todo o País foi atingido por ele e, sobretudo, o Algarve, sofreu grandes danos com esta catástrofe. Portimão não fugiu à regra.

Para que o leitor possa ter uma ideia das proporções do que foi este terramoto, incluímos seguidamente neste trabalho uma pequena síntese sobre esses acontecimentos baseada parcialmente na nossa transcrição do documento original (consultar o Apêndice A), referente ao inquérito sobre Vila Nova de Portimão feito pelo Marquês de Pombal.

Eram nove horas e quarenta e cinco minutos do dia 1 de Novembro de 1755. Um forte ruído subterrâneo acompanhado de uma longa vibração da terra, apanharam desprevenidos muitos fiéis que nesse momento se encontravam a ouvir missa. A confusão foi total, acompanhada ainda pelo desabar de paredes e gritos dos feridos. Passados os primeiros seis minutos desta catástrofe, uma aparente calma de cinco minutos se seguiu. Mas depois, um novo abalo sísmico mais forte que o anterior e com a duração de três minutos acabou por destruir aquilo que o anterior não tinha arrasado. Nuvens de poeira levantavam-se por toda a vila acompa-

nhadas pelos gritos e gemidos dos feridos, muitos deles soterrados sob os escombros. Por fim, uma onda sísmica invadiu todas as partes baixas da vila, transportando consigo morte e desolação.

O panorama desta vila era terrível. A Igreja do Colégio ficou muito arruinada, tendo vindo abaixo a abóbada da igreja, assim como algumas abóbadas adjacentes. Seis pessoas morreram soterradas, tendo ficado outras feridas nos escombros.

A Igreja Matriz ficou muito destruída, tendo ficado a torre dos sinos rachada em duas partes.

Caíu também a abóbada do Convento de N. Senhora da Esperança (convento de S. Francisco), tendo ficado as paredes completamente arruinadas, assim como outras abóbadas que desabaram completamente.

As Igrejas da Misericórdia e do Corpo Santo sofreram alguns danos com o sismo, embora de menor grandeza que as anteriores.

Quanto às ermidas em número de quinze, existentes dentro e fora da vila, todas ficaram completamente arruinadas. As de Nossa Senhora dos Remédios, Visitação de Sta. Isabel e São João da Muralha, desabaram por completo.

As muralhas e a barbacã sofreram grandes rombos descortinando-se, em parte, o parapeito da barbacã, motivados não só pela violência do terramoto, como pelo impulso das águas.

As casas da Câmara, com as suas cadeias, vieram abaixo, acontecendo idêntica catástrofe às outras casas da vila, que ficaram completamente arruinadas e inabitáveis.

O impulso das águas foi violentíssimo, penetrando até cerca de 880 m além do limite normal, devastando as salinas da vila, o lugar da barca de passagem e a casa do Infantado. Ficaram arrasadas todas as casas do bairro do Sapal que continha 80 fogos, e todas as hortas que havia nessa zona. As águas entraram na Igreja da Misericórdia até à altura aproximada de 2,5 m e destruíram cinco moinhos, dois dos quais pertenciam ao conde da vila.

Devido à invasão das águas morreram afogadas quarenta pessoas.

A fortaleza de Santa Catarina ficou muito destruída devido ao terramoto, assim como todo o resto do sistema defensivo da vila de Portimão.

ELEVAÇÃO A CIDADE

Voltando a falar sobre os condes de Vila Nova de Portimão, sabemos que o condado se perdeu por parte dos Castelo Branco com o terceiro conde desta vila, D. Gregório Thaumaturgo de Castelo Branco, que morreu sem deixar descendência. Sucedeu-lhe sua irmã, filha do segundo conde desta vila, D. Manuel de Castelo Branco, que foi casada com D. Luís da Silveira, quarto conde de Sortelha. Estas duas famílias mais tarde reuniram-se à dos Figueirós (Lencastres). Finalmente, Portimão ficou a pertencer aos marqueses de Abrantes, até à implantação da República.

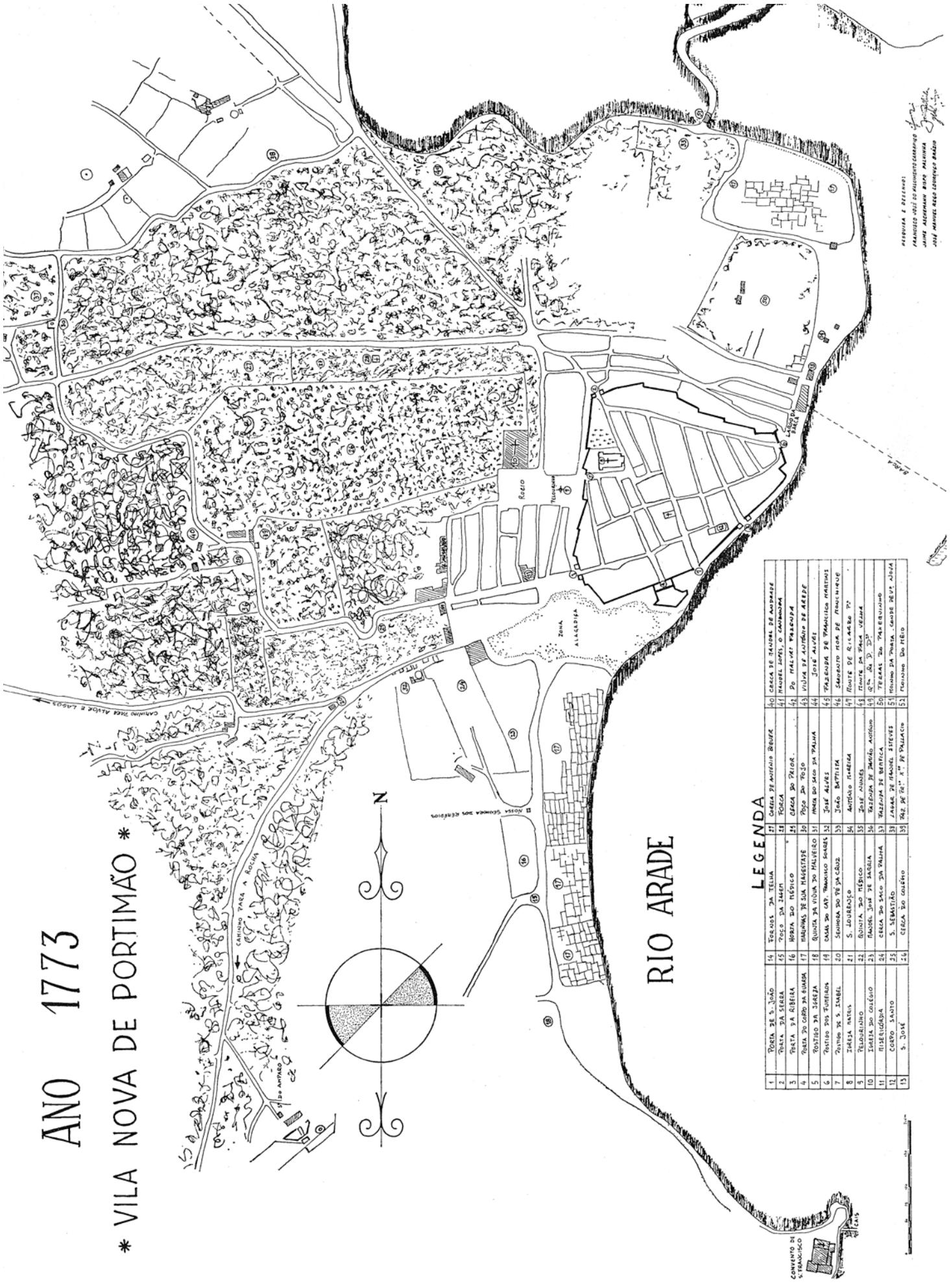
Portimão nunca teve brasão próprio e único. O primeiro foi o dos Castelo Branco, que se manteve até à morte de D. Gregório Thaumaturgo, tendo nessa altura deixado de usá-lo. Sucessivamente esta família foi adoptando os brasões das casas com que se ligou até à dos Figueirós.

No entanto, como foi encontrado um exemplar do brasão dos Castelo Branco nos alicerces de um antigo cemitério, próximo do Postigo da Igreja, hoje «Boa-Esperança Atlético Clube Portimonense», achamos de interesse descrevê-lo. Este brasão compunha-se de um leão com um elmo, tendo nos cantos superiores dois J. J. e nos cantos inferiores dois B. B.

Antes de concluirmos esta pequena síntese histórica sobre Portimão, gostarímos de referir a primeira elevação a cidade, por parte do Marquês de Pombal e que, infelizmente, devido a problemas com a Santa Sé, nunca se chegou a realizar. Na verdade,

ANO 1773

* VILA NOVA DE PORTIMÃO *



o Marquês de Pombal dividiu o Algarve em dois bispados, tendo colocado, por carta de 28 de Setembro de 1773, no bispado de Portimão, o Dr. Manuel Tavares Coutinho, ao tempo cônego doutoral da Sé da Guarda e lente da Universidade. Depois de várias peripécias e sem se conseguirem da Santa Sé as respectivas bulas de autorização, acabou o sonho do Marquês por se desfazer totalmente com a morte do Rei D. José em 24 de Fevereiro de 1777 e com a subida ao trono de sua filha, D. Maria I.

Aliás, o alvará de 28 de Setembro de 1773 só foi publicado na Chancelaria-Mor da Corte e Reino a 20 de Fevereiro de 1777, quatro dias antes da morte de D. José, pelo que Portimão não chegou a usar das prerrogativas de cidade, nem tão pouco o Dr. Manuel Tavares Coutinho chegou a tomar o cargo de Bispo de Portimão.

Só muitos anos mais tarde, em 1924, mais precisamente a 11 de Dezembro, saiu no *Diário do Governo* a elevação de Portimão a cidade. O que se não conseguiu na época do Marquês de Pombal foi conseguido por um portimonense, o Dr. Manuel Teixeira Gomes, ao tempo Presidente da República, em circunstâncias diferentes.

LOCALIZAÇÃO DAS MURALHAS

Portimão foi cercado por muralhas, cuja construção se iniciou no reinado de D. Afonso V, quando esta povoação foi elevada a vila. Não se sabe ao certo a altura em que as obras de fortificação terminaram; mas, no entanto, no tempo de D. João IV existem documentos relacionados com modificações ou reestruturações das mesmas.

Qualquer que tivesse sido a data em que foram terminadas as muralhas, podemos no entanto descrever e depois deste estudo, reconstituir a localização e traçado da muralha na actual cidade de Portimão (consultar o mapa sobre a localização das muralhas).

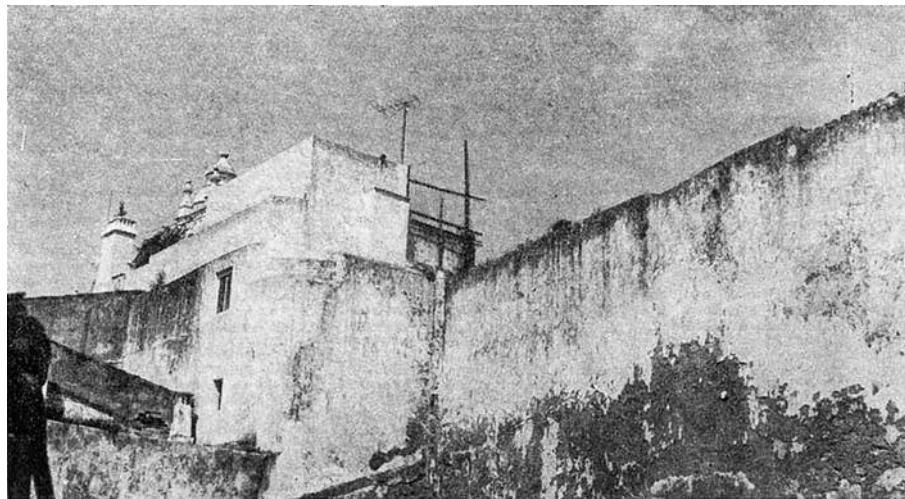
Assim, partindo da Porta da Serra, situada na confluência das ruas da Igreja e da Porta da Serra, com duas torres, as fortificações iam até ao Postigo dos Fumeiros, onde faziam um ângulo. Seguiam à beira-rio onde encontramos a Porta da Ribeira, com duas torres, que existia no início da actual rua Júdice Fialho. As fortificações continuavam até ao Postigo de Santa Isabel, existente no início da rua do mesmo nome. No mesmo troço, encontramos a Porta da Guarda (ou de Nossa Senhora da Graça) com o baluarte de Santa Bárbara, situada no início da Rua da Guarda (actual rua 5 de Outubro), junto aos actuais edifícios dos C. T. T. e Caixa Geral de Depósitos. Aqui, a muralha continuava em linha recta, cortando o actual jardim situado em frente ao palacete dos Sárreas, e formava um ângulo no quarteirão seguinte. Seguia, então, pela Porta de S. João, com duas torres, situada na confluência das ruas Direita e Diogo Tomé. Passava pelo Postigo da Igreja, mais ou menos situado em frente da Igreja Matriz, e alongava-se até se fechar na Porta da Serra.

Como se pode verificar pelo mapa, a muralha foi construída, não como uma estrutura totalmente rectilínea, mas sim formada por pequenos troços com extensão aproximada de trinta a quarenta metros, fazendo depois um ângulo.

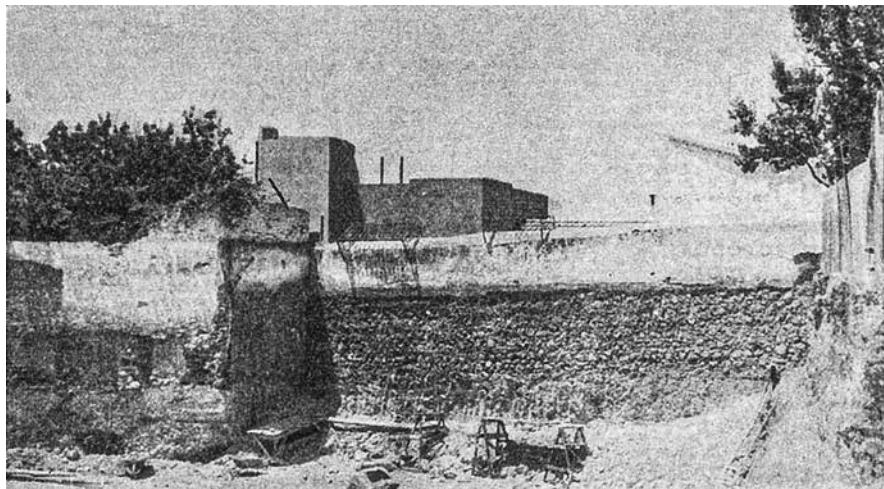
CARACTERÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA DEFENSIVO DE PORTIMÃO

A muralha apresenta um perímetro aproximado de 1100 metros, com configuração mais ou menos triangular e em cujos vértices truncados se localizavam a Porta da Serra, a Porta de S. João e o Postigo dos Fumeiros, que era uma porta menor e sem torres.

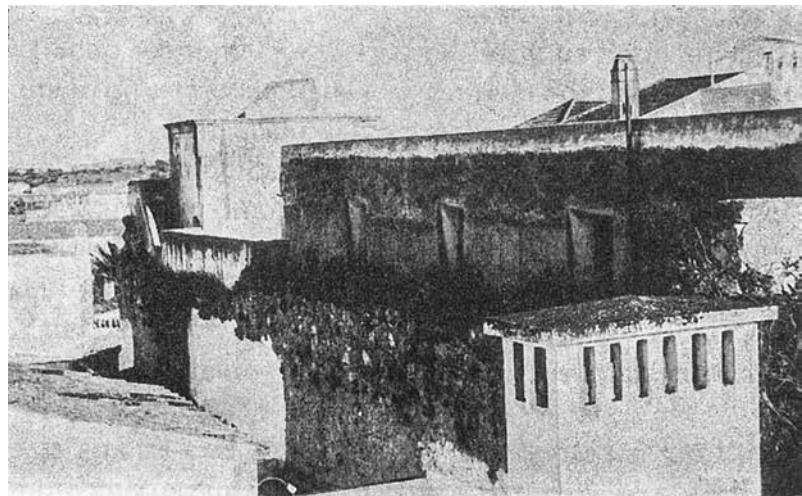
A área muralhada era de cerca de 65 000 metros quadrados (6,5 ha).



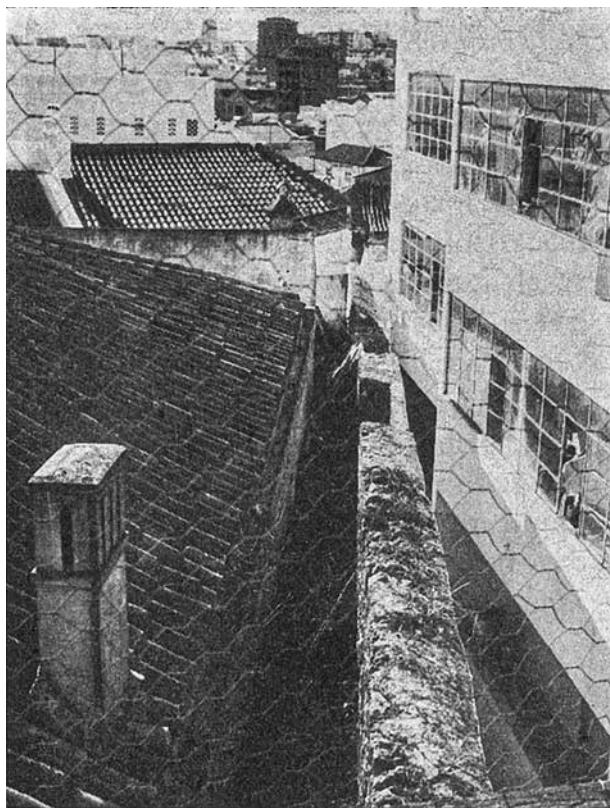
• TROÇO DE MURALHA POSTO A DESCOBERTO QUANDO DA DEMOLIÇÃO DE UM PRÉDIO NA RUA DIOGO TOMÉ.



• OUTRO TROÇO DE MURALHA POSTO A DESCOBERTO QUANDO DA DEMOLIÇÃO DO COLÉGIO DE PORTIMÃO NA RUA DR. ERNESTO CABRITA. COMO CURIOSIDADE NOTE-SE, QUE NESTE TROÇO A MURALHA FORMA UM ÂNGULO E QUE TODA A SUA ESTRUTURA ASSENTA SOBRE A PARTE ROCHOSA DO SUBSOLO.



• TROÇO DE MURALHA EXISTENTE ENTRE AS RUAS DR. GUSTAVO CORDEIRO RAMOS E FORNO DOS FUMEIROS.



• TROÇO DE MURALHA EXISTENTE JUNTO À RUA DIogo TOMÉ E PERTO DA IGREJA MATRIZ.

O trecho de muralha, que vai da Porta da Serra até ao Postigo dos Fumeiros, está completo, e o caminho de ronda, se não fosse cortado, aqui e além, pelo assentamento de paredes das casas que confinam com a muralha — tanto do lado da actual Rua Gustavo Cordeiro Ramos, como pelo lado das actuais ruas Estevão de Vasconcelos e do Forno — poderia ser percorrida numa extensão de duzentos e cinquenta metros. Este caminho é protegido por muros laterais, que ainda hoje existem em certos troços, os quais são talvez o resultado do restauro de possíveis «ameias», totalmente desaparecidas.

Se as ameias existiram, é provável que fossem do tipo rectangular que encontramos em fortificações dos sécs. XV e XVI. De qualquer modo não há a certeza e aqui deixamos a questão em aberto para que alguém, que mais tarde venha a debruçar-se sobre o assunto, nos dê a resposta que não conseguimos encontrar.

A espessura média das muralhas é de 1,60 m, tendo o caminho de ronda, cerca de 1 m de largura. A altura das muralhas varia entre 5 e 6 metros.

No seu traçado, comparado com o da maior parte das vilas e cidades muralhadas, nota-se uma diferença flagrante sobre o aspecto defensivo, pois a sua construção em «dentes de serra», permitia uma vigilância total dos troços da muralha e uma defesa muito mais eficaz, pois deixavam de existir pontos mortos, pelos quais o ataque à cidade fosse mais fácil.

Na sua construção verifica-se, em certos trechos, um tipo de alvenaria mais esmerada, com cunhais em alheta nos ângulos da muralha, em contraste com outros em que se nota uma alvenaria mais pobre. Não é de admirar estas diferenças de construção, uma vez que as obras se prolongaram durante cerca de duzentos anos, mas em todo o caso, toda a construção é relativamente perfeita e bastante sólida, já que toda ela assenta sobre a parte rochosa do subsolo.

Até agora falámos somente, da vila de Portimão, no que diz

respeito às suas muralhas, mais propriamente à sua defesa até ao princípio do séc. XVI.

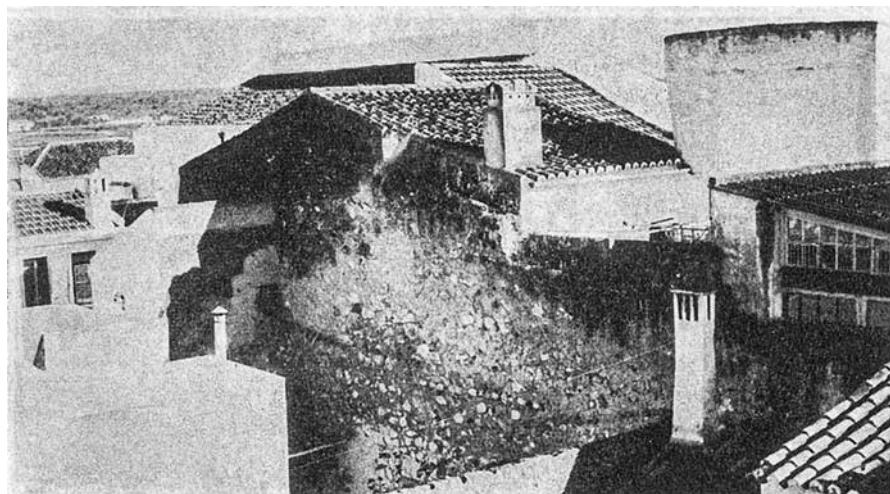
Nesta altura, D. João III mandou erguer na costa algarvia inúmeros fortés e fortalezas, obras estas que se prolongaram pelo reinado de D. Sebastião. Este sistema defensivo tinha a finalidade de proteger a costa algarvia das constantes investidas de um dos maiores males que, porventura, portugueses e espanhóis tiveram que enfrentar — a pirataria.

Este sistema, inicialmente, revelou-se eficaz, já que a pirataria moura, para que fora fundamentalmente construído, diminuiu consideravelmente, mas mostrou-se inoperante e dum a incapacidade quase total para a pirataria francesa e inglesa, de que são bem provas as constantes destruições por parte desses corsários, de barcos, cidades e vilas algarvias, especialmente durante o domínio espanhol.

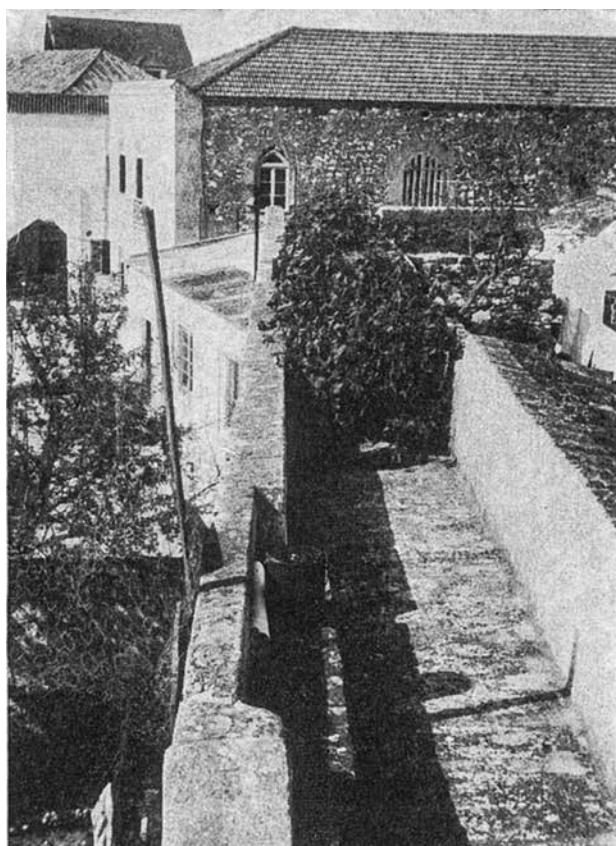
Assim, as fortalezas de Santa Catarina e de São João que se encontram à entrada da foz do rio Arade, foram construídas durante esta fase (séc. XVI) e destinavam-se a uma defesa mais eficaz da vila de Portimão.

A fortaleza de Santa Catarina era guarnevida inicialmente por um destacamento de artilharia comandada por um capitão e situa-se na margem direita do rio Arade. Na margem esquerda, situa-se a fortaleza de São João, aproximadamente a uns trezentos metros da fortaleza de Santa Catarina. Esta fortaleza tinha funções idênticas às da anterior e ambas se destinavam a proteger eficazmente a barra de Portimão de qualquer agressão exterior.

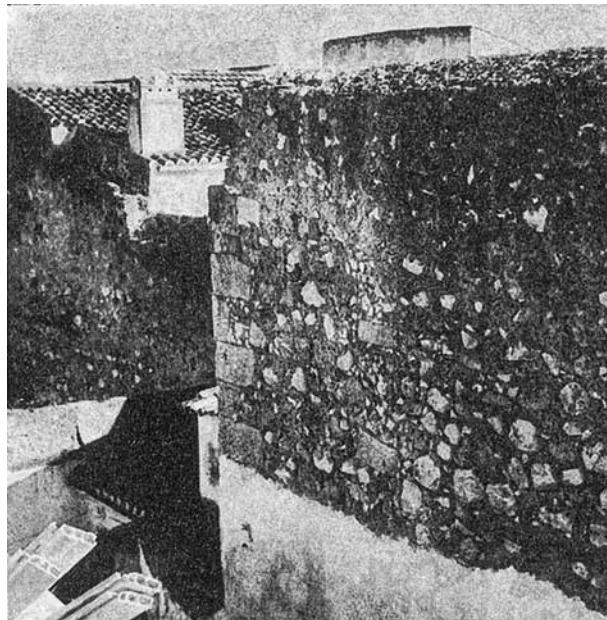
No séc. XVIII, mais precisamente em 1793, foi construído o quartel de Portimão, obra mandada realizar pelo Capitão-General do Algarve conde de Val de Reis. Este quartel, actualmente desaparecido, ficava junto à muralha no sítio onde esta cortava o actual jardim (Largo 1.º de Dezembro), que fica em frente do palacete dos Sárreias. Conjuntamente com este quartel existia, na vila, um paiol de munições situado na Rua do Postigo dos Fumeiros, paiol este, que mais tarde (séc. XIX) foi comprado pelo Sr. Luís António Maravilhas.



◆ OUTRO TROÇO DE MURALHA EXISTENTE ENTRE AS RUAS DR. GUSTAVO CORDEIRO RAMOS E FORNO DOS FUMEIROS.



◆ TROÇO DE MURALHA EXISTENTE JUNTO À ESCOLA TÉCNICA DE PORTMÃO. NOTE-SE A PRESENÇA BEM VISÍVEL DO CAMINHO DE RONDA.



♦ TROÇO DA MURALHA EM QUE SE PODE VER EM PORMENOR UM ÂNGULO DA MURALHA, VERIFICANDO-SE UM TIPO DE ALVENARIA ESMERADO COM CUNHAIS EM ALHETA.



♦ O MESMO TROÇO, SITUADO ENTRE AS RUAS DR. GUSTAVO CORDEIRO RAMOS E FORNO DOS FUMEIROS, EM QUE PODEMOS VER DE UMA FORMA MAIS GLOBAL O TIPO DE ALVENARIA USADO NA CONSTRUÇÃO DA MURALHA.

AS MURALHAS E O DESENVOLVIMENTO DA VILA

Em primeiro lugar, devemos considerar três pólos centrais, a partir dos quais se desenvolveu a vila. Estão interligados com a construção da muralha e com a fixação da população na vila.

Estes pólos são:

- 1) — Porta da Ribeira;
- 2) — Porta da Serra;
- 3) — Porta de S. João e eixo da Rua Direita.

Foi a partir destes três pontos que a vila se desenvolveu e alargou. Inicialmente, a Porta da Ribeira foi o mais importante, fixando a maior parte da população que se dedicava à actividade piscatória. Simultaneamente começou-se a desenvolver à volta do pólo da Porta da Serra uma importante actividade ligada às trocas comerciais com a serra (de Monchique, neste caso) fixando gradualmente muita gente ligada com este comércio.

Só mais tarde é que se desenvolveu o pólo Porta de S. João — Rua Direita, a partir do qual a população se começou a fixar no exterior da vila muralhada.

Com a evolução dos tempos, a muralha tornou-se um obstáculo à evolução e desenvolvimento da vila, que em dada altura (a partir do séc. XVII, principalmente) se começou a expandir extra-muros. Devemos salientar que esta expansão se deu em forma de «onda» concêntrica a partir da estrutura da muralha, como podemos confrontar no mapa, com a disposição dos quarteirões e das ruas a partir da Porta da Serra para o exterior.

A partir do séc. XVIII, a muralha começou a mostrar-se de completa incapacidade e inutilidade, já que não satisfazia as necessidades militares de defesa da época, pelo que a sua função defensiva, para que inicialmente fora construída, começou a desa-

parecer. Assim, a partir dessa altura, ou mesmo antes, a muralha começou a servir de «encosto» às primeiras habitações que se começaram a construir extra-muros. Ainda hoje podemos observar isso, nas casas existentes junto aos troços de muralha entre o Postigo dos Fumeiros e a Porta da Serra, e entre esta e a Porta de S. João.

CONCLUSÃO

Tentámos, ao elaborar este trabalho, não fazer uma história de Portimão, cuja origem remonta aos tempos pré-históricos, mas sobretudo, estudar o problema das muralhas da antiga vila, tentando enquadrá-las dentro do contexto das várias épocas por que passaram.

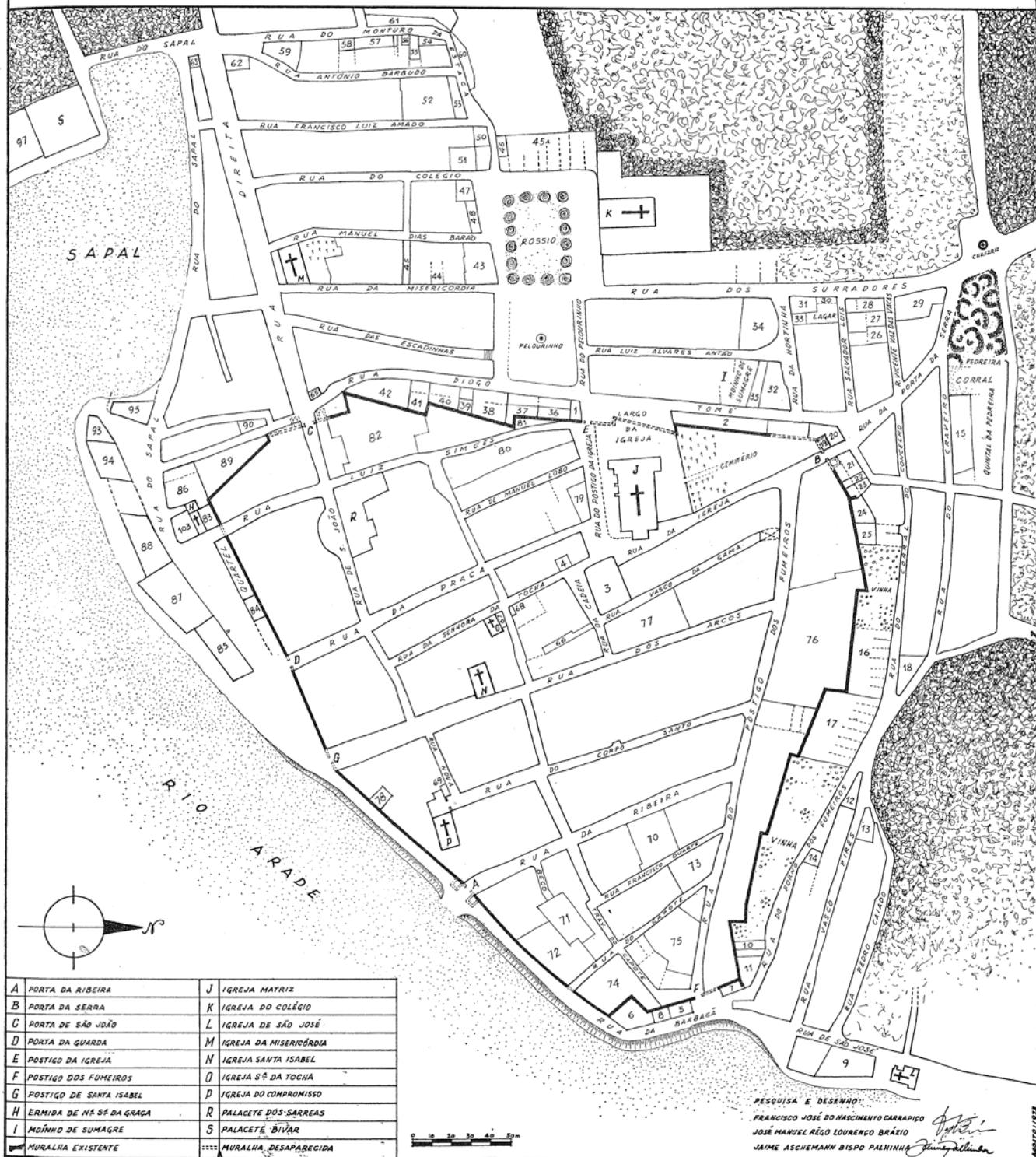
Sempre que nos foi possível, tentámos dar ao leitor uma perspectiva histórica de Portimão na conjuntura social e económica de então. Não sei se o conseguimos; mas no entanto, estamos conscientes que demos o melhor de nós mesmos para que tal se concretizasse.

Antes de terminarmos, gostaríamos de referir, de maneira sumária, o lamentável estado em que muitos dos troços da muralha afonsina se encontram e fazer um apelo para que, num futuro próximo, estas sejam conservadas e se possível reconstruídas, porque tal ainda é possível com boa vontade e compreensão das entidades competentes. Pensamos que essa reconstrução traria muitas vantagens, inclusivé de carácter turístico.

Temos a convicção e fé, que todos aqueles que amam a sua cidade, não vão deixar que se perca para sempre e de forma concreta, aquilo que qualquer cidade, País ou Nação se deve sempre orgulhar — O SEU PATRIMÓNIO HISTÓRICO.

VILA NOVA DE PORTIMÃO-1818

MAPA DOS AFORAMENTOS REGISTADOS NO "TOMBO DOS BENS DO CONCELHO"



**LEGENDA DO MAPA DOS AFORAMENTOS DE PORTIMÃO
EM 1818 BASEADO NO TOMBO DOS BENS DO CONCELHO**

- 1 — Rua Diogo Tomé — Casas de Emília Augusta Júdice Bequer.
- 2 — Rua Diogo Tomé — Casas de Rosa Angélica Bequer (11 moradas).
- 3 — Paços do Concelho — Prisões, Carcereiros, etc.
- 4 — Açougue Público.
- 5 — Sítio da Barbacã — Casas e quintal de João Varela.
- 6 — Sítio da Barbacã — Armazéns pertencentes a José Ignácio de Sousa.
- 7 — Sítio da Porta do Postigo dos Fumeiros — Casas de Francisco Cabello Groço.
- 8 — Sítio da Barbacã — Casas de Joaquim José Marítimo.
- 9 — Rua S. José — Casas de Damião António Lemos.
- 10 — Rua do Forno dos Fumeiros — Casas e quintal de José Godinho.
- 11 — Rua do Forno dos Fumeiros — Quintal de Joaquim Sant'Ana.
- 12 — Rua Vasco Pires — Casas com 2 quintais de Manuel da Costa Carapussa.
- 13 — Rua Vasco Pires — Casas e quintal de Bernardo Marques.
- 14 — Rua do Forno dos Fumeiros — Duas moradas de casas de José Ramos.
- 15 — Rua do Craveiro.
- 16 — Rua do Corral do Concelho — Vinha e sete casas de Miguel Francisco Pedreiro.
- 17 — Rua do Corral do Concelho — Oito casas de Miguel Francisco.
- 18 — Rua do Corral do Concelho — Casas de Miguel Francisco.
- 19 — Rua da Porta da Serra — Debaixo do Arco Esquerdo, das muralhas — casa de António Figueiredo Chaveco.
- 20 — Rua da Porta da Serra — Casas de Francisco Pereira.
- 21 — Rua da Porta da Serra — Debaixo do Arco Direito das muralhas — Casas e quintal de Joaquim Gonçalves Respinga.

22 — Rua da Porta da Serra — Quintal de Inácia Xavier (viúva).

23 — Rua da Porta da Serra — Quintal de José António Pedreiro.

24 — Rua da Porta da Serra — Quintal de Antónia dos Santos.

25 — Rua da Porta da Serra — Quintal nas traseiras das casas de Maria dos Anjos, viúva de Manuel da Costa.

26 — Rua Vicente Vaz das Vacas — Casas de Maria Joaquina, viúva de António Bexiga.

27 — Rua Vicente Vaz das Vacas — Quintal de Maria Gertrudes Bexiga.

28 — Rua Vicente Vaz das Vacas — Quintal do Capitão José Amado Pereira.

29 — Rua Vicente Vaz das Vacas — Quintal da Viúva Joaquim José Ribeiro.

30 — Rua Salvador Luís — Lagar de José Inácio Bustorf.

31 — Rua da Hortinha — Casas e Quintal de Joaquim José Chaveco.

32 — Rua da Hortinha — Casa com 2 quintais de José Nascimento Chaveco.

33 — Rua da Hortinha — Casas e quintal da viúva de Manuel Nascimento Carrapato.

34 — Rua dos Surradores — Casas e 1 quintal da Mariana Vitória, viúva de Francisco Glória Almocreve.

35 — Rua Diogo Tomé — Chão de António Alexandre Pargana.

36 — Rua Diogo Tomé — 1 quintal de Manuel Jaques.

37 — Rua Diogo Tomé — 1 quintal de João de Figueiredo.

38 — Rua Diogo Tomé — Quintal de António Pimentel.

39 — Rua Diogo Tomé — Quintal de Manuel Alvares Barreguinha.

40 — Rua Diogo Tomé — Quintal de Silvestre de Jesus Pinhota.

41 — Rua Diogo Tomé — Quintal de Silvestre de Jesus da Silva.

42 — Rua Diogo Tomé — Quintal de Angela Gomes, viúva de José Duarte Serpa.

43 — Rua da Misericórdia — Quintal de José Francisco de Oliveira Branquinho.

44 — Rua da Misericórdia — Quintal e Casas de Francisco Alves Ruivo.

45 — Rua Manuel Dias Barão — Quintal de Damaso José Pimentel.

45-A — Rua do Colégio — Cercado de terra de Gertrudes de Palácio, viúva do Capitão-Mór de Moçambique, nas traseiras de suas casas que possui no Rossio do Colégio.

46 — Rua do Colégio — Casas que possui Bernardino Nunes.

47 — Rossio do Colégio — Casa que serve de armazém de João Duarte Serpa.

48 — Rossio do Colégio — Casas de José Maria Alvares.

49 — Rua do Rossio do Colégio — Um chão e casas de Ricardo José Marques.

50 — Rua do Colégio — Casas de Ignácia Maria, viúva de António Ribeiro Varela.

51 — Rua do Colégio — Casas e Quintais de Miguel Santos Barcelos.

52 — Rua Francisco Luiz Amado — Quintal de Inês Josefa, viúva de Manuel José Neto.

53 — Rua do Monturo da Estaca — Casas e Quintal de António José Boto.

54 — Rua do Monturo da Estaca — Casas e quintal de António José Mandinga.

55 — Rua do Monturo da Estaca — Partes de casas e quintal de Mariana, viúva de José António da Luz.

56 — Rua do Monturo da Estaca — Quintal de Ana, viúva de Francisco José Grandão.

57 — Rua do Monturo da Estaca — Alpendrada e parte do quintal de Manuel José Fernandes.

58 — Rua do Monturo da Estaca — Parte do Quintal de José Duarte Serpa.

59 — Rua do Monturo de Estaca — Casas e quintal de Francisco Montes.

60 — Rua do Monturo da Estaca — Casas e Chão de Manuel José Grandão.

61 — Casas e quintal de João Barroso de Andrade.

62 — Rua António Barbudo — Casas e quintais de António José Carrapato.

63 — Rua Direita — Chão de José Joaquim Moreira de Brito.

64 — Rua Direita — Casas de Angélica Rosa, viúva de Lucas António.

65 — Rua Direita — Casas do Ajudante António Pimentel.

66 — Rua Senhora da Tocha — Quintal de António José de Paiva.

67 — Rua Senhora da Tocha — Quintal de Ana Tereza, viúva de José da Costa.

68 — Rua Senhora da Tocha — Terreno em que se acham as escadas que serve de entrada as casas que possui D. Ana Bárbara.

69 — Rua Nova — Estrebaria e Palheiro de José Joaquim Moreira de Brito.

70 — Rua Direita — Quintal de José Inácio Bustorf.

71 — Rua Direita — Quintal de Manuel Domingues.

72 — Rua Direita — Quintal de José dos Santos Balleiro.

73 — Rua Francisco Duarte — Quintal de José da Silva Asentista.

74 — Rua do Capote — Quintal de Inácio Bustorf.

75 — Rua do Postigo dos Fumeiros — Quintal de Francisco dos Reis Cartaxo.

76 — Rua do Postigo dos Fumeiros — Quintal de Filipe Alistão Teles Monis Corte Real.

77 — Rua Vasco da Gama — Cerca do Capitão Francisco Paula Sarria.

78 — Rua dos Arcos — Parte do Quintal de Marquês de Abrantes.

79 — Rua da Praça — Quintal de Francisco de Sousa Pereira.

80 — Rua do Postigo da Igreja — Quintal de D. Maria Perpétua de Castão Farto, viúva do Guarda-Mór da Saúde, Bernardo Pedro Pargana Teixeira e Castro.

81 — Rua Luís Simões — Casas que possui José Judice Biquer.

82 — Rua Luís Simões — Casas e quintal de Pedro Coutinho.

83 — Rua Luís Simões — Quintal de Teodoro Maria Biquer de Gusmão.
84 — Rua do Sapal — Casas de Francisco de Sousa Pereira.
85 — Rua do Sapal — Casas do Capitão Manuel Duarte Franco.
86 — Rua do Sapal — Casas e quintal de Tomé Duarte (junto à ermida da Senhora da Graça).
87 — Rua do Sapal — Casas de 3 moradas de José Maurício.
88 — Rua do Sapal — Duas moradas de casas de João Oliveira Hortelão.
89 — Rua do Sapal — Casas e quintal de Inácio Dias Gatinho.
90 — Rua do Sapal — Casas e quintal de Nicolau da Cruz Estanqueiro.
91 — Rua do Sapal — Casas da viúva de João de Sousa Padeiro.
92 — Rua do Sapal — Casas de João de Santiago Caçorino.
93 — Rua do Sapal — Casas de José da Costa Malveiro.
94 — Rua do Sapal — Casas de Jacinta Perpétua Garrocha, viúva de José Amado.
95 — Rua do Sapal — Casas de António José de Brito.
96 — Rua do Sapal — Casas de António Vaz da Silva Pardal Pedreiro.
97 — Rua do Sapal — Casas de palácio e seu jardim e courela e fazenda anexa de José de Almeida Coelho.
98 — Arrabaldes de S. Pedro — Lagar de azeite de José de Almeida Coelho.
99 — Sítio do Sapal de S. Pedro — Bocado de terreno de António Alexandre Pargana Teixeira e Castro.
100 — Sítio do Poço Seco — Horta de Manuel Rodrigues.
101 — Rua do Forno — Chão para casas de Ana Joaquina.
102 — Rua da Barbacã — Chão para casas de Bernardo Vilhena.
103 — Rua Luís Simões — Chão para casas de António Maria Teles Barbeiro.

A P È N D I C E

Seguidamente incluímos em apêndice dois documentos que transcrevemos, um na íntegra e o outro parcialmente, relacionados com Vila Nova de Portimão e com as muralhas.

O primeiro, transscrito integralmente, é do séc. XVIII, mais precisamente de 1758 e refere-se às respostas dadas pelo pároco desta vila ao questionário feito pelo Marquês de Pombal, três anos depois do terramoto de 1755. É de notar que alguns dos dados históricos anteriores ao séc. XVIII, particularmente algumas datas, não correspondem à realidade dos factos históricos. Por isso, não é de estranhar que o leitor encontre alguns desses dados em contradição com os referidos no texto da obra. No entanto, este documento reveste-se de capital importância para o estudo sócio-económico e geográfico de Portimão no séc. XVIII e em particular para o estudo detalhado dos prejuízos e das trágicas consequências do terramoto de 1755 na Vila de Portimão.

O segundo documento, transscrito parcialmente, é do princípio do séc. XIX (1806) e refere-se a um pedido de autorização ao Conde Monteiro-Mor de Lagos para demolir dois troços de muralha e a taipa que tapava a Rua da Ribeira, a fim de aproveitar a pedra para a construção dum cais.

É interessante notar que a Câmara Municipal não concordou com a localização do cais na Porta da Ribeira, mas sim na Porta de Santa Isabel. Daqui, resulta a dúvida de se a muralha teria sido demolida nessa altura ou posteriormente. No entanto, arriscamo-nos a afirmar e provavelmente com razão, de que a destruição da muralha, pelo menos nessa zona, se tivesse efectuado nessa altura.

APÊNDICE A

CARDOSO, Luís — *Dicionário Geográfico de Portugal*, vol. 29,
págs. 1613 a 1628.

N 230

Villa nova de Portimão

1613 — Depois que o Senhor Rey D. Affonso 3.^º fez a ultima /
conquista aos Mouros, cos expulçou deste Reyno do Al-
garve, que foy no anno de 1250 athé a fundaçao desta
villa / que foy no anno de 1473 medirão 223 annos nos /
quais cuydarão os homens, com suas famílias de viver /
por varias partes, sendo huma dellas, o lugar de Portimão /
sitto na borda do rio, pouco distante da barra entre elle /
e o convento de N. Senhora da Esperança desta villa /
o que bem se comprova pellos edificios que o impulço /
das agoas do mar impelio pella barra dentro no pri-
meiro dia de Novembro de 1755 descobrindo os das /
areas en que havia muitos annos estavão sepultados,
vendoce os habitadores deste pouvo, vexados das / con-
tinuas que em embarcassois, digo das continuas en/
tradas, que em embarcassois fazião os Mouros, Castelha/
nos, e Estrangeiros, por aquella barra, nesse tempo /
sem defença, como mais proximos da barra e do / perigo,
solicitarão de se congrassar com outros que vevi/ão en
casais circunvezinhos e outros que moravão na Ba/rrosa-
queyra sitta na foz deste rio, chamado então de / Silves,
ao termo da qual pertencião estes sittios, e uni/formes
convierão, quarenta vezinhos, dos quais era o mais /
principal João de Portimão, cognome que lhe davão ou
to/mou derivado da pouvoação em que vivia e Andre
An/nes seu filho, Pedro Váz deam da Sé de Silves, e

dois cone/gos mais da mesma Sé, de fazer huma pouvoação en que / juntos habitacem, para que melhor se defendecem, das inva/zois, que de continuo, pella barra, lhe fazião os inimigos / para cujo efeyto mandarão o ditto deam com procuração / de todos, a contratar, com o S.^{nr} Rey D. Affonso 5.^o que para / melhor defensa daquelle porto, farião huma pouvoação / na qual no termo de dois annos farião quarenta cazas e to/as (sic) mais que pudecem, contanto que ditto Monarca lhes avia / de dar alguns privilegios, e izensois, e nunqua daria //

1614 — Daria a tal pouvoação, a Principe, Infante, ou Donatário / algum, o que tudo assim contratado, e outorgado, por escriptura / publica, declarando nella o ditto Monarca, que dali em dian/te queria que onde se fundava aquella pouvoação, se chamace / São Lourenço da Barroza, a qual escriptura se fez no an/no de 1473 e fundada logo esta pouvoação no sitio / detreminado, da Barrozaqueyra, na fôz deste rio, não pass/arão muitos tempos que o mesmo Monarca, não desse a tal / pouvoação, com os direytos, e rendimentos, que nella tinha, a / Gonçalo Vâz de Castelobranco, em remuneração, de ser/vissos que tinha feyto, a sua real coroa, e de acompanhar / na ida que fez sobre Samora, e de se achar com muita / gente sua na batalha de Castro, en que fez obras de gran/de valor, derotando os primeyros, e principais batalhois, don/ de sahio queymado; assim que o ditto Gonçalo Vâz de Castello/branco se vio Senhor desta villa, com direytos, e rendas della / poz logo por obra a muralha, e fortificalla de torres, de con/vidar habitadores que a povoassem (sic); por morte do ditto passou / a tal mercey a seu filho d. Francisco de Castelobranco, e por / morte deste passou a d. Martinho de Castelobranco, filho des/te e netto do primeyro o qual morreu sem filhos com seu / irmão d. Diogo

de Castelobranco na batalha de Alcacera / com o S.^{or}
D. Sebastião; e daqui passou a ditta graça / a d. Manuel
de Castelobranco seu sobrinho / filho do ditto d. Diogo,
e por morte do / tal passou a graça a sua mulher / D. Branca
de Vilhena e por morte della a seu filho d. Gre/gorio de
Castelobranco, por morte do qual espirou a graça / e passou
para a Coroa, todas estas graças que forão feytas / a estes
Ilustres Senhores Condes desta villa e de Figueyro e Sor-
tella; forão confirmadas pellos Senhores Reys d. João 2.^o /
d. Manoel, d. João 3.^o, d. Sebastião, Cardeal Rey, e pellos /
Felippes 2.^o, 3.^o, e 4.^o.

1.^o — Fica esta villa nova de Portimão, no Reyno do
Algarve / sugueyto ao mesmo Bispado, chomarca de Lagos
de que / dista duas légoas, e tem freguezia e termo seu,
razão / por que não pertence a outro algum /.

2.^o — De presente pertence à coroa, e não he de do-
natários /.

3.^o — De vizinhos tem quinhentos e vinte doys en
que se incluem //

1615 — // incluem mil e oito centos e duas pessoas /.

4.^o — Está situada junto a huma Ermida de Sam
Lourenço / da Barrosa, que de antes da fundação desta
villa, ain/da hoje se conserva na foz e margem do rio,
em hum / monte muito pouco elevado, de sorte que par
a sobi/da não fatiga; e de algumas partes se descobre
parte / do lugar de Estombar, distante desta villa meya /
legoa, e também todo o lugar de Ferragudo, distan/te
hum quarto de legoa, ambos da outra parte do / rio, e no
termo da cidade de Silves /.

5.^o — O seu termo da parte do sul, para poente con-
fina em / distância, desta villa, de hum quarto de legoa
com o mar / oceâno, e em pouca mais distância, para o
poente confina com o termo da villa de Alvor, e para o

norte em / distância de meya legoa, confina com o termo da / cidade de Silves, e pello nascente, com o rio desta villa./

6.º — A igreja Parochial hé colegiada, e está fundada, na parte mais eminente, do meyo da mesma villa, com distancia igual, a todas as partes /.

7.º — O orago he N. Senhora da Conceyção, en ella se contão no/ve capelas, a saber capellamor, e duas mais colatrais, da parte do Evangelho, a do Santissimo Sacramento, e da parte da Epistola de N. Senhora da Encarnação, tem tres / naves, e vindo pella da parte do Evangelho, de sima / p.ª a porta principal, a prymeira capella hé do Santo An/tonio, e a seguinte de N. Senhora do Rozario dos portos; / e a outra das Almas, e da parte da Epistola, seguindo / a mesma ordem a primeyra he de N. Senhora do Rozario / dos Brancos, a outra de N. Senhora da Guia, e a seguinte / do Senhor Jesus dos passos; Todas estas capellas teem suas / irmandades, menos a de N. Senhora da Encarnação, es/tão sugueytas (sic), a esta Parochial, duas irmandades, / huma da Ermida da N. Senhora do Pé da Cruz, e a ou/tra de São Sebastião — estão mais sugueytas a esta Colegiada / seis mordemios, a saber, N. Senhora da Saude, N. Senhora da Graça, N. S.ª dos Remedios, São José, São Pedro Apos/tolo, São Lourenço da Barroza, — a que leva //

1616 — // As atençōis de todos, he a de huma estupenda colunata, que / a devide em tres navez, cujas alem de muyto elevadas / e bem proporcionada grandeza, se formão de cada parte, / sobre ellas sinco arcos de pedra também lavrados, lança/dos e cahidos com tal naturalidade, que não sómente fazem / este templo célebre, mas não aver outro que lhe exceda / nim iguale, en todo este Reyno do Algarve. /

8.º — O Parocho desta Colegiada he Prior, e dos de

concurso deste / Bispado, o provimento, della pertence ão Papa, e aos Senhores / Bispos, conforme o mes en que vaga segundo a alternativa / — o rendimento surto do Parocho, são cento e trinta e outo alqueyres de trigo — e sincoenta / e sette almudes de mosto, e dez tostois em dinheyro — e mi/ssas insertas, e contingentes. /

9.^º — Tem esta Colegiada trez beneficios simples, e tem cada / beneficio de renda secenta e nove alqueyres de trigo, e / sincoenta e sete almudes de mosto; o seu provimento / pertence aos Senhores Bispos, ou aos Senhores Nuncios des/tes Reynos, por serem de ténue rendimento, segundo / alternativa são dados por aquelle a quem pertence / con forme o mez, en que paga. /

10.^º — Tem esta villa hum Colegio de Jejuistas (sic) moderno de mara/vilhosa arquitectura e grandeza, todo de abobedas, seu / orago he São Francisco Xavier, seu Padroeyro foy Diogo Gonsalvez, natural desta villa, a qual tem seus ossos, con / hum tumulo de pedra na capella mor, da parte do Evan/gelho, faleceo de idade de setenta e trez annos, aos deza/sette de Junho de mil seis centos e secenta e quatro anos, / instituhiu neste Colegio seis capelaniais e missa cotidi/anna, escolla para ensinar a ler, e duas aulas huma de / Latim e a outra de moral a factura desta obra foy / feyta por dezenho, e risco, que fez o P. Bartholameu Duar/te, religiozo da Companhia de Jezus, grandissimo arqui/tecto, e a primeyra pedra da sua fundaçao, foy posta / en dia das onze mil virgens do anno de mil seis cen/tos e secenta. /

Há mais um convento, de religios (sic) reformados da Provin/cia da Piedade, situada fora desta villa em distancia des/tta, a meyo quarto de legoa, junto ao rio en lugar alguma couza levantado; e o seu orago he N. Senhora / da Esperança, do qual se acha na Chronica da Provincia //

1617 — // Provincia da Piedade, que Simão Correa, natural de Táboas da Raynha, capitam que foy de Azamor, em Africa, caza/do com D. Joanna de Faria, fidalgo principal, o fez El- / Rey, o Senhor D. Manoel, Ayo da infanta D. Brites sua / filha, que casou em Saboya, o qual a foy acompanhar / e depois de vir de lá no anno de mil e quinhentos e trinta deu humas casas, que tinha nesta villa, junto ao rio, pou/co acima, onde agora está o convento, aos P. P. observantes / da Provincia de Portugal, e nellas estiveram os dittos Padres, / athé ao anno de mil e quinhentos e trinta e trez, en que / as deyxarão, aos padres da Provincia dos Algarves, porque nesse tempo, se devidio esta provincia da de Portugal, en e/llas estiverão athé o anno de mil quinhentos e quarenta / e hum, en cujo anno vierão os P. P. da Provincia da Piedade / para ellas, por troca que fizerão dos conventos, indo os / da observancia para Faro, e os da Piedade, que lá estavão / p.^a cá, por ditriminação do Senhor Rey D. João treceyro; / e como as casas não tinhão forma de convento, as demolirão, / e derão principio a fazer convento regular, e só na Igreja / não ouve mudança, ficando da sorte, en que estava, e no prezente está sobre ã porta principal da Igreja, está / huma pedra de jaspe com as armas do ditto Simão Correa, / que ajudou e contribuyo para a obra da Igreja; a capella / mor mandarão fazer, Balthezar de Mello da Cunha cavaleyro / do habito de Christo, natural da cidade de Tavira, e sua / mulher, natural da cidade de Silvez, no alto / do Cruzeyro da capella, estão as suas armas, en hum escu/do, e ambos estão sepultados na principal sepultura da / capella e por se acabar a descendencia destes derão os P. P. / da provincia, o padroado da ditta capella aos Illustres Se/nhores Condes desta villa; e depois entrou no ditto padroado / da capella, por sentença que teve Gaspar de Faria Sarrea /

homem dos principais desta villa; no primeiro capítolo / que teve este convento está sepultado o primeyro fundador Simão Correa e seu Irmão João Mendes Correa, en/ segundo, que dep...(?), fez Antonio de C. Caravalho, / en cuja tinha sepultura, e seus herdeyros. /

11.^o — Tem esta villa caças de hospital, sim rendimento algum / administrado pela menza, e irmandade da Misericor/dia. //

1618 — 12.^o — Tem Igreja, e caza de Mizericordia, que por falta de ren/das, se acha em mizeravel estado, e não há documentos, nem / tradição, por onde conste, de sua primeyra criação; — Nesta Igre/ja, vinera o pouvo huma imagem, de hum Santo Christo Cru/xificado, en huma capella, da parte do Evangelho, que man/dan fazer, o capitão João Pacheco de Souza, desta villa a / qual imagem no anno de mil e quinhentos e oitenta e oito, en sexta feyra da paxam do ditto anno, milagroza/mente se despregon da cruz, na rinitencia, que Tome / Gonsalvez, tinha de perdoar, a Diogo Tomé e a seus filhos, as injurias, que lhe tinhão feyto, sobre as quais anda/vão litigando; e este milagre está tombado, na primeyra / folha, do tombo velho da Mizericordia. /

13.♦ — Ha mais huma Igreja, chamada do Corpo Santo com in/vocação, de São Pedro Gonsalvész, a qual hé dos mariantes/tes desta villa; e nesta se acha estabalicida, a veneravel or/dem treceyro de São Francisco, e tambem nella se está paro/chiando, por incapacidade da propria, e ha certeza por / tradição, que esta Igreja, foy hospital dos mariantes —/— Há nesta villa quinze Ermidas, sette dentro da villa, que são, o Senhor de bom fim, o Spirito Santo, — N. Senhora / da Toxa, que fundou Sebastião do Couto, e he administrador Francisco Nunes Ti ... (?) — N. Senhora da Graça —/— Vizitação de Santa Izabel, que fundou

D. Maria Pereyra / e são administradores os P. P. da Companhia desta villa, —/— São Joze, — São João Baptista da muralha, — e oito fora da villa, que são — Nossa Senhora do Pé da Crúz, e nesta / Ermida se acha entre os testemunhos de alguns milagres / huns grilhois, con que Antonio da Veyga Bocarro, natu/ral da villa de Cascais, escrivão proprietário da Alfandega / da villa de Albufeyra e na mesma villa morador hia / prezo, e algemado para a cidade de Lagos, por ordem do / Senhor D. Verissimo de Alencastre, sendo Enquezidor, em / Evora, que veyo mesmo em pessoa devaçar, à ditta villa, de / humas cutiladas, que se tinhão dado na cara, e corpo, de N. / Senhora Dourada, da ditta villa, cujo crime se lhe imputava / e passando o sobreditto prazo, pella porta desta Ermida, de/precando, e exclamando, à Senhora, se mostrace (?) a verdade da/quelle facto, e acudice pella sua inocencia, de ripente lhe / cahirão os grilhois, e deytando lhe outros mais apertados que / mandarão buscar nesta villa, ao passar pella porta de N. Se/nhora da Juda, da villa de Alvor, fazendo a mesma depre/cassão, e exclamação sucedeo o mesmo de que informado //

1619 — // informado o ditto Senhor Enquizidor, mandou pôr o ditto, / em sua liberdade e o houve por livre de falça acusação —/— N. Senhora da Saude — Nossa Senhora do Emparo fun/dada por Jose da Costa Tavares con huma quinta sua de que he administrador Manoel (?) Jose de Sarria, — N. Senhora dos Remédios e São Noutel, de que he administrador Joze Ra/pozo — São Lourenço da Barroza, — São Sebastião, — São / Pedro Apostollo, — e Santa Catharina na fortaleza do / mesmo nome — e todas estas quinze Ermidas, são sufra/guanias da Parochia. /

14.^o — As Ermidas a que acodem algumas Romagéns, posto que / não são con frequênciā en todo o anno, he

Nossa Senhora / do Pé da Cruz, — e N. Senhora da Saúde, e principalmen/te no dia da festa desta, que se celebra, a oito de Setem/bro, com concurso grande do pouvo, e de pontes circunve/zinhas, fazendoce nesse dia huma vigilia ou mercado, jun/to à mesma Ermida.

15.º — Os frutos da terra, são vinhos — amendoas durazias e de co/quo, — sumagres, — trigo, — figos, — al-guns legumes e a/zeyte em pouca quantidade e todos estes frutos em me/diana abundancia por conta do termo ser limitado / que onde mais se estenda não passa de meya legoa, e com/prehender em si muitas terras infurtiferas, que não servem / para cultura. /

16.º — Tem esta villa juiz de fora, camara com cazas, e cadeas / digo com cazas de audiencia e cadeas e não está sugueyta / mais que a Correyção da cidade de Lagos, e a Provedoria do / Reyno.

17.º — He Cabeça de Concelho, e não he Couto — honra — ou Behetria. /

18.º — Os homéns, de que ha noticia que florecerão em virtu/de são os seguintes — Fr. Antonio de Silvéz sacerdote / e religioso da Provincia da Piedade, de sublime prefey/ção e pureza, que obrigado da charidade, se ofereceo, para cu/rar e administrar o comer, e os sacramentos, nesta villa / e na de Alvor, aos feridos da peste, e andando neste santo / exercicio, ferido do mesmo mal, acabou a vida aos oito de / Mayo, de mil quinhentos e oitenta — e está sepultado no / alpendre deste convento, de N. Sra. da Esperança, junto ao / canto da portaria. //

1620 — // O P.º Fr. Niculao Pobreza, religioso da 3.ª ordem regular de / São Francisco, capelão da armada real, que estando esta / no mar à vista do Convento da Senhora da Esperança desta / villa adoceo e veyo para ella, onde faleceo com admiraveis / virtudes, e com expcialidade na

claridade, no anno de / mil e seiscentos e dezoito, e está sepultado, na capella mor do / convento.

O P.^e Gonçalo Fernandes, natural desta villa nova de Portimão / graduado em theologia, passou a Madrid no anno de mil / e seiscentos e dezasseis, a thomar o hábito na religião dos clérigos / regulares menores, e ahi floregeo, em todas as virtudes, tido / por todos, por varão justo, e santo, faleceo a vinte e trez de / Janeyro, de mil seiscentos e vinte e oito. /

O P.^e Pedro de Souza, natural desta villa nova de Portimão / foy dos primeiros relygiosos dos Clérigos menores de Ma/drid, ahi floregeo en grandes quilates, de prefeyção religiosa e regular observânciā deyxando eterna memoria na sua / religião; faleceo aos dez de Junho, do anno de mil e seis/centos e vinte digo vinte e seis. /

O Fr. Francisco de villa nova de Portimão e da mesma natu/ral, religioso da Província da Piedade por letras e por vir/tude, foi sétimo Bispo, da Ilha de São Tomé eleyto por / Filipe o prudente, no anno de mil e quinhentos e noventa / sagrouse em Lisboa, e exerceo a ocupassão de Bispo sette / annos, no fim dos quais faleceo naquela ilha. /

Os trez seguintes, consta de hum manuscripto do / P.^e João Alvares Duarte, natural desta villa nova sa/cedote do hábito de S. Pedro vigario da vara que foy des/ta villa e Prior encomendado e ministro do Santo officio, o qual manuscripto, está por elle jurado. /

O P.^e Fr. Bartholomeu dos Martires, natural desta villa / nova da família dos Xalins, Religioso graciano des/calço, que morreo nas Indias, Martir e Ceātificado / e fez milagres em vida. .

O P.^e Francisco Vāz, natural desta villa nova, sa/cedo/te do hábito de São Pedro, de conhecida virtude e de vida / exemplar e faleceo nesta villa. /

O P.^e Fr. Miguel da Ascenção, natural desta villa
nova //

1621 — religioso do Carmo de boa opinião e o mayor le/trado
que deu este Reyno do Algarve foy lente de prima / e
irmão do P.^e Francisco Vãz, atraz nomiado, foy chamado /
a Roma por ordem do Papa, e faleceo no caminho. /

Os dois seguintes, consta por documentos, que téem
os / religiosos, deste convento, de N. Senhora da Espe-
rança / e noticia vulgar. /

Fr. Diogo de Faro, religiozo da Provincia da Piedade,
con/feçor, de conhecida virtude, e observancia da sua
regra / inda conhecido, de muitas pessoas desta villa,
faleceo no / convento de N. Senhora da Esperança, de
idade de ou/tenta annos, aos vinte e sete de Março, de mil
e sette/centos e dez, e no mesmo convento está sepultado /
Fr. Diogo de Mertolla, religioso da Provincia da Pi/
edade, confeçor de conhecida virtude, e com expici/alidade
na sua omildade, e bstinencia (sic), tan parco que / pouco
comia, nunca dormio em cama, pois de continuo, ci/tava
en contemplação, duas vezes por sua devoção, foy / messio-
nar ao Grão Pará, foy vizitar os lugares santos, com
licença dos seus superiores, faleceo de idade, de seten/ta
annos, pouco mais, ou menos, no convento de N. Senh/ora
da Esperança, a doze de Dezembro, de mil e sette centos /
e trinta e nove, e no mesmo convento está sepultado. /

19.^o — Nesta villa se fâz feyra de tréz dias, a qual
principia / no dia onze de Novembro, antigamente era
livre / e agora he captiva, por se pagar nella, os direitos
custa/mados. /

20.^o — Tem esta villa correyo, que chega nas se-
gundas feyras / pello meyo dia, e parte pellas dez, ou onze
horas da noy/te do mézmo dia. /

21.^o — Dista esta villa, a cidade de Faro, capital do

Bispado / nove legoas, e della a cidade de Lisboa, capital do Reyno, quarenta legoas. /

22.^o —.....nada deste interrogatorio...../

23.^o — Esta villa, não contém nem em todo o seu termo, fonte alguma e manancial, porque para o uso de beber / se valem de agoa de possos, que todas são grossas, e salobras. //

1622 — 24.^o — Tem esta villa, huma Barra, declinando do Sul, para / poente, com distancia de hum quarto de legoa, guar/nessida com duas fortalezas, huma da parte do Sul (Sol?), cha/mada de São João, que he a do rezisto, sito no termo de Sil/véz, da outra parte do rio; e outra da parte do poente / sitta na ponta de terra, chamada de Santa Catharina / em a qual há seu capitão governador, — tem a Barra / em prea mar, vinte dois palmos de agoa, pouco mais / ou menos, conforme as agoas são, e em baxa mar, terâ / déz, ou onze palmos; e por isso, tem capacidade, de in/trar nella toda a qualidade de imbarcações, não / sendo de extraordinaria grandeza; porem sendo / imbarcações grandes, commummente, não entrão / sem piloto, por cauza de alguns bancos de area movéns / que se lhe fazém, com as inundações, a corrente de agoas / que vem de terra, tem capacidade, em distancia, de ma/is de meya legoa, tanto em fundura, como em largura / de acomodar mais trezentas embarcações sendo a / mayor parte dellas, portuguezas e algumas Inglezas e o/landezas, que vém a condução dos frutos, deste Reyno / para os transportarem para varias partes, entrão tam/bem nella outras embarrassois, de varias nasçois (sic) que vém / neste rio a refugiar, dos tempos contrarios, por ser o rio / muito quieto, e socegado, que he rara a vez, que se vey al/terado. /

25.^o — He esta villa cercada de huma antiga muralha,

em que ha algumas torres à entrada de quatro portas que tem, huma chamada da praça, que esta cuberta com hum baluarte, chamado de Santa Bárbara, fazendo frente ao rio e à barra, a outra porta com duas torres, chamada a da ribeyra junto ao Rio, fronteira entre o Sul, e nascente — outra com duas torres, fronteira ao norte chamada a porta da Serra — outra fronteira ao poente com duas torres, chamada a porta de São João — tem mais tres portas menos principais, huma que chamão o postigo dos fumeyros, fronteyro ao nascente, — outro que chamão postigo de Santa Izabel, fronteyro ao Sul — outra chamado postigo da Igreja, fronteyro ao poente — e tanto em portas como em postigos, e na Igreja principal, se achão entalhados em pedra hum leão com hum elmo, ou morrião, por sima com dois J. J. nos cantos de sima e dois B. B. — nos cantos de bacho antigas armas dos Castelos Brancos, condes desta villa. //

1623 — // 26.^o — Foy esta villa huma das terras, que neste Reyno do Algarve, ma/is padeceo no terramoto, do primeyro de Novembro de 1755 / porque alem, das muitas ruinas, que nella avia, no dia re/ferido, se arruinou em todo a Parochia desta villa, à tempo / com louvável zello se cuidava em sua mayor prefeyção, e reparo; e pella universal ruina, e perda, que todos os / moradores, desta villa, receberão, e pezados tributos, con que / não podém, e pagão assim (?) de siza dobrada, a vinte por cento, e outros mais tributos, e alojamentos, de quinze, en / quinze dias de soldados, se veem impossibilitados de meyos / não só para o reparo da Igreja, mas ainda de suas caças / por cujos motivoz, muita parte dos moradores desta villa / se vão e tém auzentado, para outras terras, e com tanto / excesso, que da quaresma do anno proximo passado do / anno de 1752 (?) athé esta do prezente anno de 1758 fal/

tarão trinta e quatro fogos, en que se comprehendião oi/
tenta e sinco pessoas, sucedendo o mesmo nos annos /
antercedentes, — Padeceo mais, o sumptuoso templo do /
Colegio, da Companhia de Jesus, vindo a abobeda da
Igreja (sic), toda abaxo, com o seu fronte expicio, e al-
gumas a/bobedas mais, proximas do mesmo; en cujas
roinas mo/rerão seis pessoas, ficando outras muitas entu-
lhadas, e / maltratadas, e inda está tudo isto, sem reparo,
— Cahio / também, abobeda do Convento de N. Senhora
da Esperança dos religiozos da Piedade, e ficarão as paredes
da / mesma Igreja, aruinadas, e vierão também a terra
mui/tas abobedas, do mesmo convento, que actualmente
andavão fazendo, e ainda se acha sem reparo, — à Igreja /
da Mizericordia, e à do Corpo Santo, também padecerão /
muito, porem ja se achão reparadas, — quinze Ermidas /
que ha dentro, e fora desta villa, todas ficarão destroçadas,
e arui/nadas, das quais trez vierão de todo abaxo pellos
alicerces / que forão N. Senhora dos Remédios, — a Vizi-
tação de S.^{ta} Izabel, / e São João da muralha, — e destas
só a da Vizitação de S.^{ta} Iza/bel, se acha restaurada, das
demais so se achão reparadas / N. Senhora do Pé da Cruz,
e a Ermida da Sr.^a da Saude, e de / São Lourenço da
Barroza, — e a de S.^{ta} Catharina da fortaleza. //

1624 — // Da fortaleza, e todas as mais estão ainda sem reparo /
— As muralhas desta villa, com suas torres, e contra mura/
lha, que tem para a parte do rio, a que chamão Barbacam /
em partes tiverão grandes arombadas, descortinando / em
grande parte, o parapeyo da Barbacam, motivado / tudo
tanto, da vehemencia do terramoto, como do impul/ço das
agoas, — as caças da Camara, com suas cadeas, a mayor /
parte dellas vierão a terra, e o mesmo sucedeo, en todas
as / mais da villa, que as mais dellas vierão a terra, e al/
guma que ficou, estão destroçadas, e aruinadas e qua/zi todas

estão ... (?) por estarém inhabitavéns, — / Não fez menos danno, a rapida innundaçāo das agoas / que sahirão do mar, na mesma ocasião, entrando por / terra dentro, e excedendo os lemites naturais, em par/tes, mais de oito-centas varas, devastando as salinas des/ta villa, as quais pertencem e o rendimento da barca / e da portagém, a Caza do Infantado, ficando de sorte / as salinas, que desde então, nunca mais se fez nellas sal / — arezando a mesma inundaçāo, quantas cazas / ávia no bayro do asapal, que continha oitenta fogos / aruinando todas as hortas, que avia para a parte do / ditto asapal, entrando a agoa na Igreja da Misericordia, em altura doze palmos, destruhi tambem na / mesma ocasião, tréz moynhos, dois do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. / conde desta villa, que tinha nove engenhos, e he outro (?) chamado o moinho novo, que tem sinco, o qual em parte / ja está redeeficado, e os dois inda se achão no mesmo es/tado — A fortaleza de Santa Catharina tambem pade/ceo muito, e nella não está reparado, mais que / a Ermida e cazas do capitão, — e finalmente não ouve / edificio, ou caza que não padececem — morrerão nesta / invazāo afogadas quarenta pessoas. /

Não ha Serra /

Rio /

1.^o — O Rio de villa nova goza de prezente, este mesmo nome, e / antes da fundação desta villa, se chamava rio de Silvéz / e nos seculos antigos, se chava (sic) Portus Anibalis, inda que não / falte quem diga, que foce o Rio de Alvor, porem a villa / de Alvor, nunca teve, nem tem Barra, nem Rio, capáz de / entrar nelle embarcassão, de alto bordo, por que o mais que //

1625 — // que o mais que pode admitir, he algum hiate pequeno. /

2.º — Este Rio he de agoa salgada que do mar ociano
de/clinante do Sul, para o poente, entra pella barra e /
terra dentro em distancia de duas legoas e são mui/tos
os nascimentos de agoa doce, que nelle se lhe vém / intro-
duzir procedendo os mais delles, da Foya e Serra / da
Picota de Monchique, e da Serra da Mesquita / , a da de
São Bartolomeu de Messines, não são cau/dalozos, em seu
princípio porém correm, em todo o an/no, inda que verois
sejão secos. /

3.º — Devidia este Rio en trêz braços; em distancia
da barra / por onde entra de hum bom quarto de legoa,
um / outro tanta distancia para a parte do norte, entra /
pella terra dentro, que em preya mar, chega a Bou/na,
morgado de D. Joze da Silva, e athe qui he na/vegavel e
neste sittio, se lhe vem introduzir várias ri/beyras, proce-
didas, da Foya e Serra da Picota de Monchi/que, na dis-
tancia de trez legoas, procedendo os qua/tro primeyros
nascimentos das abas da Foya nos / sitios, do Corte Pe-
reyro —, Cano, — Belém, — e São Clemente — e discor-
rendo, todos estes quattro emanciais para o Sul, a breve
distancia se incorporão todos, fazendo / seu currio, pello
sitio da Nave e porto do Bispo, fregue/zia de Monchique
e discorrendo se lhe introduz hu/ma ribeyra, chamada do
gilbordalo, procedia das / abas da Serra da Picota de Mon-
chique, e mais abaixo, / se lhe introduz as medicinais
agoas, procedidas das / Caldas de Monchique e em dis-
tância de legoa e me/ya, de seus primeiros nascimentos,
no sitio da Torri/nha, se lhe introduz outra ribeyra cha-
mada do São / Marrão, procedida da Foya de Monchique
e todas / incorporadas vem fazendo sua degreção athe os
campos / do Bouna fertilizando-os com suas agoas athe
sementer / nas salgadas, deste primeiro braço. /

Da barra deste rio, em distancia de legoa e meya onde /
está no meyo do rio a Ilha de N. Sr.a do Rozário, se divide /
o rio, em dois braços iguais, hum que encaminha para /
o norte e outro para o nascente, o que encaminha para /
o norte chegão suas agoas em preya mar, por sima de /
huma ponte velha e aruinada chamada do de Louca. //

1626 — // de Louca e neste sitio, se lhe introduzem várias ribeyras /
procedidas da Foya, Serra da Picota e da Mesquita de /
Monchique sendo navegavel athe a ditta ponte em dis /
tancia de meya legoa athe a Ilha, e de duas athe a barra /;
o principal nascimento das agoas que no sittio se lhe / vem
introduzir, emana em distancia de pouco menos / de quatro
legoas, das abas da Foya de Mônchique / e do Convento
de N. Senhora do desterro dos religiozos / da 3.^a ordem
regular de São Francisco, este emananci/al sahe de seu
nascimento, com abundancia de agoas / com as quais vay
logo fertilizando, fazendas e quin/tas, por onde passa e
fazendo sua degreção pellas abas do dito lugar, se vay
fazendo mais copioza de agoas, pe/llas muitas que lhe
introduzem, em varios sittios sen/do as primeyras as da
ribeyra das milharadas, procedida / da Serra da Picota, e
todas as mais agoas que imanão / da mesma Serra fronteyras
p.^a norte em distan/cia de huma legoa athe lugar de São
Romão do Al/ferce, que são tantos os ribeyros aroyos e
nascimentos / que se não podem numerar nem dedominar,
por seus / próprios nomes; — da parte do norte frontera
ao nas/cente, se lhe introduz no sittio do Brejo, digo do
Brejo / huma ribeyra, chamada do veâdor, procedida da
Foya; / no sittio da pârra outra chamada do Seyxal pro-
cedida da / mesma Foya — outra no sittio da pomba âsim
chamada / procedida da Serra da Mesquita e fazendo sua
dregre/ção por perto do lugar do Alferce do norte para
o Sul / se lhe introduz outra ribeyra chamada do Cancino

pro/cedida da Serra da Mesquita no sittio de Benefate e / mais abaixo, se lhe introduz outra chamada de São / Marcos, por passar pella Igreja e freguesia do mesmo Santo, que procede do termo de Ourique; e no Mon/ chiquão, se lhe introduz outra assim, chamada que pro/ cede da Picota, da fonte dos Erimitas e todas estas / ribeyras incorporadas, vão parar no de Louca junto / a ponte mis- turando suas agoas, com as salgadas do / segundo braço; todas estas agoas com seus nascimentos / correm despe- nhadas e arebatadas, e em distancia de hu/ma / legoa, donde nascem não crião peixe algum, pe/lla frieza das agoas e passada a tal distancia, he que / crião alguns bordallos e tanto estas ribeyras, como as do / primeyro braço que vem parar à Bouna nos verois se — //

1627 — // secos expirimentão muyta deminuição em suas agoas / pois athe entrarem nas salgadas, a vão devirtindo-a (?) e toman/do-a em asudes e socalcos, para regarem, arvoredos, milhos / frejois e hortijos /.

O treceyro braço que na Ilha do Rozário declina do nor/te p.^a o nascente, em distancia de meya legoa da Ilha / e de duas legoas da barra; em preya mar, chega a cida/de de Silvéz e a sua ponte e athe ahi he navegavel e a/hi se lhe introduz uma ribeyra procedida da Serra / de São Bartholomeu de Messines, chamada de Frades / que discorre por Santo Estevo, outra mais chamada / do En- xerim, com outros nascimentos mais que se in/troduzem na agoa salgada junto da ditta ponte. /

4.^o — Athe onde chega a agoa salgada, he este Rio navegavel / porém há-de ser em barcos ou em barcassóis pequenas. /

5.^o — Já se dice que em seus nascimentos, todas as agoas correm / arebatadas e despenhadas, e assim arebatadas

depois que / entrão nas salgadas, corrém quietas e com socego. /

6.º — Os mais de seus nascimentos correm de norte ao / sul. /

7.º — Na agoa deste Rio se crião muitas espécies de / pexes, sendo em mayor quantidade Mugens, Lingoados, / exarrocos, e em menos salmonetes, Bodiois, Safios, en/ guiaxos, chocos, alcorrazes, sefios, e outras muitas espé- cies / de peyxes e outros que entrão e saém com as en- xentes, / e vazantes das marés. /

8.º — Em todo o anno se fazem pescarias neste Rio. /

9.º — As pescarias são livres neste Rio, e de quem as quer fa/zer, e não tem senhor particular, e somente aquellas / que se fazem para vender, pagão direytos, que são a vinte / e sinco por cento, sinco a El-Rey e dez a Sr.^a Raynha / e dez a Caza do Infantado. /

10.º — nada. /

11.º — nada. //

1628 — // 12.º — Athe a Mixilhoeira da Carregação, se chama Rio de villa / nova de Portimão, dahi para sima Rio de Silvez. /

13.º — Morre no mar oceano, entre a fortaleza de Santa / Chatarina e a ponta do Altar. /

14.º — nada. /

15.º — Não tem pontes uzacé de huma barca cujo rendi/mento e de salinas, e portagem pertence a Caza do / Infantado. /

16.º — Tem no destrito do termo desta villa, trez moinhos / com quinze engenhos, e fora estes, ha em todo o Rio tre/ze moinhos, com quarenta e oito engenhos. /

17.^o — nada. /

18.^o — nada. /

19.^o — As povoações que ha donde chega a agoa
salga/da, são a cidade de Silvéz, a Mixilhoeira da Ca/
rregação, esta villa nova de Portimão, e o lugar de Fer-
ragudo.

N O T A :

/ — Mudança de linha no manuscrito original.

// — Mudança de página no manuscrito original.

APÊNDICE B

Cópias da Câmara Municipal de Portimão, 1803/1841, fls. 81 v.^o —
83 v.^o

(Fotocópias existentes na Biblioteca Municipal de Portimão).

Licenças do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde Monteiro Mor para se derribarem as Taipas das ruas e mais Muralhas velhas para a obra do Caes.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor.

A Camara desta Villa tem representado a Sua Alteza Real a grande necessidade que ha de se edificar hum Caes no Sitio da Porta da Ribeira por ficar proximo à Caza da Alfandega honde mais comodamente se podem embarcar os generos tiveram e felicidade de provar as permissas que apontarão em seo Requerimento e que o mesmo Senhor lhe fizece consultar a sua reprezentação nos termos que pedião, porem como para mayor belleza da obra se assentou por Mestres que lhe tirarão o risco que os dois frascos de Muralha que ficão no dito sitio deverião demulir-se, como também a Taipa que tapa a rua assim como todas as outras, o que se não pode fazer sem licença de Vossa Excellencia. Pertendem por esta razão que visto terem a fortuna de que Vossa Excellencia nesta occaçião observou pessoalmente a necessidade ou superfluidade de semelhantes Muralhas e quanto concorre para a belleza das ruas o dezafogo e dezembaraço da sahida das mesmas e a utilidade e a utilidade que pode prestar a obra indicada a pedra que se tirar das ditas Taipas e Muralhas Velhas desta Villa; se digne conceder-lhe pelo bem publico a demulção dos ditos Frascos e Taipas das ruas assim como de qualquer Muralha cuja pedra seja necessaria à referida obra, e à beleza dos Edificios da terra. Portimão trinta de Julho de mil oito centos e seis. Eu Theodoro Maria Bequer e Gusmão, Escrivão da Camara que escrevi ...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANUSCRITAS

Biblioteca Municipal de Portimão

CARDOSO, Luís — *Dicionário Geográfico de Portugal*, vol. 29, págs. 1613 a 1628, séc. XVIII (fotocópias).
Tombo dos Reconhecimentos, medições, demarcações e confrontações dos Bens e Rendimentos do Concelho de Vila Nova de Portimão, 1818.
Cópias da Câmara Municipal de Portimão, 1803/1841, fls. 81 v.º — 83 v.º

Biblioteca Nacional de Lisboa

S. JOSÉ, João de — *Corografia do Reino do Algarve*, 4 livros, séc. XVI.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Livro do Guadiana n.º 2, folhas 227
Idem n.º 3, folhas 34
Idem n.º 4, folhas 201
Idem n.º 5, folhas 138
Idem n.º 8, folhas 95

IMPRESSAS

ALARCÃO, Jorge de — *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo, 1973.
FERRO, Gaetano — *L'Algarve. Monografia Regional*, Génova, 1956.
Grande Encyclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 22. Lisboa — Rio de Janeiro, Editorial Encyclopédia, (s. d.).

IRIA, Alberto — *As pescarias no Algarve. Subsídios para a sua história. «Conservas de Peixe. Revista mensal»*, Lisboa, 1953/1954.

LAPA, Albino — *Portimão Cidade Duas Vezes e o compromisso dos seus pescadores*, Lisboa, (s. ed.), 1959.

LOPES, João Baptista da Silva — *Corographia... do Reino do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1841.

LOPES, João Baptista da Silva — *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1848.

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero — *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Edições Ágora, 1972.

MENDES, Gabriel — *Catálogo de cartas Antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1969.

NUNES, José Joaquim — *Portimão*, Lisboa, Casa do Algarve, 1956.

SANTARÉM, Visconde de — *Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das Cortes Gerais que em Portugal se celebraram*, Lisboa, Imp. de Portugal — Brasil, 2.ª ed., 1924.

SERRÃO, Joel — *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativa Editoriais, 1963/1971.

VEIGA, Estácio da — *Antiguidades Monumentais do Algarve*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886/1891.

VIEIRA, Joaquim Gonçalves — *Memória Monográfica de Villa Nova de Portimão*, Porto, Typ. Universal, 1911.

MAPOTECA CONSULTADA

Instituto Geográfico e Cadastral — Cartas Antigas n.º 267 e 268.

Carta Antiga n.º 267

CARTA TOPOGRAPHICA / das quatro légoas que jazem, entre Villa nova de Portimão, e Villa nova de Monxique, com/ o alinhamento dos caminhos, que se devem abrir, para a comunicação das ditas Villas; tirada/ por ordem,/ do/ Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor/ D. Joze Francisco da Costa/ Armador Mor de S. Mag.^e G.^{or} e Capp.^{am} G.^{nal} Deste R.^{no} do Algarve,/ e executada pelos Sargentos mores,/ Romao Joze do Rego, Joze de Vasconcellos, e o Capp.^{am} Joze Carlos Mardel, a os 12 de Julho de 1773.

Ms., color., em papel

1910×795 mm.

Carta Antiga n.º 268

MAPPA HIDROGRAFICO/ da Costa que forma a enceada da Praça de Lagos/ com a sonda da altura do Mar na distância do alcance de Artelharia de ponto em branco mand.^o tirar geometricamente/ Pelo Conde de Val de Reys/ G.^{or} e Cap.^{am}. Gen.^{al} do R.^{no} D'Alg.^e para estabelecer hum projecto de defeza p.^a ser presente/ ao Príncipe N. S./ Executado pelo Cor.^{el} Joze de Vasconcellos em 17 de Março de 1794.

Ms., color., em papel

2650×1200 mm.

Extraído de — MENDES, Gabriel — *Catálogo de cartas Antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, págs. 115 e 116.

Í N D I C E

	Página
AGRADECIMENTOS	3
PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	7
A VILA E SEUS DONATÁRIOS	9
IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DE PORTIMÃO	12
O TERRAMOTO DE 1755..	14
ELEVAÇÃO A CIDADE	16
LOCALIZAÇÃO DAS MURALHAS.	17
CARACTERÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA DEFENSIVO DE PORTIMÃO	18
AS MURALHAS E O DESENVOLVIMENTO DA VILA	21
CONCLUSÃO...	22
APÊNDICE	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..	47
MAPOTECA CONSULTADA	49

COMPOSTO E IMPRESSO

— NA —

TIP. CISIAL — ANADIA

Posfácio

As muralhas de Portimão, 50 anos depois: novos achados e revalorização da importância da fortificação

Vera Teixeira de Freitas

Museu de Portimão/DMP – Câmara Municipal de Portimão

André Teixeira

Departamento de História e CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Introdução

Neste primeiro centenário de Portimão entendeu a respetiva Câmara Municipal reeditar a obra *As Muralhas de Portimão: subsídios para o estudo da história local*, produzida há meio século, precisamente por alturas do seu cinquentenário. Com este ato, a edilidade culmina um amplo programa de comemorações que assinalaram a efemérida nos últimos meses, disponibilizando uma obra há muito esgotada sobre o património histórico da cidade. Trata-se de uma decisão louvável, porquanto faz jus e homenageia o pioneirismo dos seus autores, mas também permite a inclusão dos novos dados entretanto revelados, não deixando de constituir um alerta para a premência da proteção e valorização deste legado.

Neste texto procuraremos recuperar informação sobre as circunstâncias de produção desta obra, bem como dos seus autores, avaliando o seu alcance para o conhecimento da história e do património de Portimão. Noutro apartado, referimo-nos às descobertas que têm sido feitas nas últimas décadas sobre esta estrutura defensiva, nomeadamente os troços de muralha identificados através dos diversos trabalhos arqueológicos que têm ocorrido no centro histórico da cidade. Por fim, retomamos alguns trabalhos que têm sido dados à estampa mais recentemente, incluindo da nossa autoria (Teixeira *et al.*, 2024), no sentido de revalorizar as muralhas de Portimão à luz da arquitetura militar portuguesa dos finais da Idade Média e do próprio processo de consolidação deste aglomerado urbano.

As circunstâncias da edição

A obra *As Muralhas de Portimão* foi dada à estampa em 1974, informando-nos o seu prefácio que a sua redação foi concluída depois de agosto deste ano, portanto meses após a revolução de 25 de Abril. Os propósitos da publicação ficam também claros naquele texto, dirigindo-se ao “meu caro amigo cidadão despreocupado”, com o qual os autores interagem na segunda pessoa do singular, no sentido de mobilizar a população para a valorização da identidade local, informando-a sobre os seus valores patrimoniais, então largamente esquecidos ou desprezados. Dir-se-ia hoje que os autores procuravam praticar a ciência cidadã, procurando fazer chegar o conhecimento ao grande público, apelando para a proteção e valorização da antiguidade da cidade.

Esse mesmo aspeto fica evidente na introdução da obra, em que os autores chamam a atenção para a antiguidade da ocupação do local, não obstante o seu objeto de estudo ter começado a ser construído somente no século XV. É como se se procurasse alertar que, não obstante a produção historiográfica e valorização de edifícios e monumentos ter sido muito escassa até então, havia um património que importava redescobrir e conhecer, mobilizando-se para isso os cidadãos.

À data da publicação da obra não se encontrava classificado nenhum imóvel na cidade de Portimão, dado que a Igreja e Colégio dos Jesuítas foi apenas classificada, como Imóvel de Interesse Concelhio, em dezembro desse mesmo ano. Também a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais não tivera qualquer ação nesta cidade. Este organismo criado pelo Estado Novo para restaurar e valorizar o património representativo da nação – naturalmente numa mensagem uniforme e apologética que visava “reintegrar Portugal na sua grandeza histórica”, com uma narrativa que, em última instância, visava promover a ideologia e prática política do regime ditatorial, com “sugestivos paralelos entre figuras de heróis nacionais de cariz messiânico e resgatador e o chefe do Governo” (Neto, 2010: 157) – preferiu então investir noutros espaços algarvios. A par de Silves, na sequência das comemorações do duplo centenário da fundação e restauração portuguesa, em 1940, a DGEMN privilegiou o eixo entre Lagos e Sagres, no quadro do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960, quando se tornava premente glosar a ação portuguesa além-mar face ao despertar dos movimentos anticoloniais (Neto, 1999: 36; Neto, 2010: 165-166). Portimão parecia, pois, aquando da Revolução dos Cravos, uma cidade sem história

Foi exatamente este panorama que se procurou contrariar quando, em 1974, se publicou a obra *As Muralhas de Portimão*. Com esta edição pretendeu-se, tal como referido na Introdução, não elaborar uma nova história de Portimão, mas tão somente, através da análise de bibliografia, cartografia e principalmente pela observação direta no terreno, abordar a questão da localização das muralhas, estrutura defensiva esquecida ou desconhecida da maior parte dos habitantes da cidade.

Os autores da obra não eram pessoas estranhas à terra de Portimão, sendo naturais do concelho, ou tendo aqui estudado e desenvolvido a sua atividade profissional.

Francisco J. Carrapiço nasceu em 1951, em Lagos, tendo-se interessado desde jovem pela história de Portimão, onde viveu e estudou até ao momento de ingressar na Universidade de Lisboa. Apesar de ter exercido a sua atividade profissional na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, onde foi professor e investigador na área da biologia vegetal, assumiu, de igual forma, um papel preponderante na investigação histórica sobre Portimão.

Jaime Aschemann Bispo Palhinha nasceu também em Lagos, em 1924, tendo falecido em Portimão em 2001. Formou-se em construção civil na Escola Machado de Castro, em Lisboa, exercendo como projetista de construção civil no Brasil, para onde emigrou após a conclusão do curso. Regressado a Portugal, dedicou-se ao ensino, iniciando em 1972 a sua atividade pedagógica na Escola Industrial e Comercial de Lagos. Em 1977 foi colocado na então Escola Preparatória de Portimão, onde lecionou até à sua aposentação em 1995.

José Manuel Brázio nasceu em 1953, em Portimão, onde viveu até à conclusão do à época Curso dos Liceus, em 1970. A partir dessa altura a sua vida deslocou-se para Lisboa para a frequência do curso de Engenharia Eletrotécnica do Instituto Superior Técnico, que concluiu em 1976. Enquanto estudante universitário, e durante as suas férias de Verão em Portimão, tomou contacto com o grupo de “conspiradores” que se reuniam na Biblioteca Municipal de Portimão à volta de assuntos relativos ao património da cidade. Teve carreira profissional como professor de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores no Instituto Superior Técnico, do qual se encontra aposentado.

Imediatamente após a publicação da obra e provavelmente na senda deste interesse sobre a história local e a sua materialidade conservada na cidade, Francisco Carrapiço, Jaime Palhinha e José Manuel Brázio, entre outras personalidades locais¹, subscreveram, a 6 de novembro de 1974, uma carta dirigida ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Portimão, na qual propunham a criação de uma Comissão Instaladora do Museu Municipal. Considerando a premência na defesa, conservação e estudo do património cultural, arqueológico, etnográfico e histórico de Portimão, bem como o desinteresse das entidades do anterior regime nestas valências, pretendia-se iniciar um programa de estudo, recolha e catalogação de peças com interesse patrimonial provenientes do concelho. Os subscritores propunham, paralelamente, verificar as

¹ A referida carta encontra-se igualmente subscrita pelo Dr. Mário Fernandes Ferro, Dr.^ª Isabel Leote Pral, ambos professores no Liceu de Portimão, João Simões Tavares e António Barra.

obras junto e no interior do perímetro das muralhas, no sentido de garantir que eventuais vestígios fossem documentados e resgatados.

A primeira Comissão Instaladora foi empossada a 7 de abril de 1977, tendo como objetivo primordial a criação de condições para a existência de um Museu Municipal. Após terem apresentado ao executivo um plano de trabalhos, realizado o levantamento do edifício da Igreja do Colégio (com a finalidade de aí ser instalado o futuro Museu) e de elaborarem vários inventários de espólio histórico-arqueológico existente em vários locais dispersos no concelho, a Comissão demitiu-se das suas funções, em missiva enviada ao Vereador do Pelouro da Cultura de Portimão a 17 de Fevereiro de 1980, alegando não ter encontrado, por parte da autarquia, o apoio que o projeto exigia.

Nesta época, Jaime Palhinha assumiu a presidência da direção do Grupo Amigos de Portimão (GAP), uma associação criada com o intuito de preservar e divulgar o património histórico-arqueológico do município, à qual se associaram, entre outros, o museólogo José Gameiro, o arquiteto Vicente de Castro, o bibliógrafo João Simões Tavares e o fotógrafo Júlio Bernardo.

A premência deste movimento associativo em defesa do património local insere-se numa conjuntura de profundas mudanças estruturais na economia e sociedade portimonense. O anterior paradigma agrícola, marítimo e industrial alterou-se rapidamente, assistindo-se ao progressivo encerramento das últimas unidades industriais (litografias, fundições, estaleiros e fábricas de conserva de peixe), com o iminente risco de perda irreparável deste património industrial, repleto de significado para a comunidade, surgindo uma nova realidade centrada no turismo de massas, com profundas implicações na ocupação do território e na densidade urbana. Paralelamente, devido ao progressivo assoreamento do rio, executou-se um programa de extensas dragagens na foz do Arade, através das quais se retiraram enormes quantidades de lodos e areias, posteriormente depositadas nas praias de Portimão. Com esses sedimentos, vieram à luz inúmeros vestígios do passado, testemunhos da ocupação desta região desde a pré-história até a atualidade.

Atendendo à ausência de qualquer estrutura museológica local com capacidade de resposta e perante a ameaça de perda irreversível de património da comunidade portimonense criou-se, em 1983, a segunda Comissão Instaladora do Museu Municipal de Portimão, apoiada pela Câmara Municipal e coordenada por José Gameiro, com a participação de Jaime Palhinha e Alberto Piscarreta. Esta Comissão procedeu a inúmeros levantamentos de património industrial e arqueológico no concelho, dando início, de igual forma, à criação de um Arquivo Documental. Todo este labor conduziu, vinte e cinco anos depois, em 17 de maio de 2008, à inauguração do Museu de Portimão (Gameiro, 2018: 81-82).

Francisco Carrapiço e Jaime Palhinha mantiveram ao longo da sua vida o interesse pela história local. Naquele ano de 1983 participaram num grupo de trabalho, coordenado pelo referido bibliógrafo João Simões Tavares, para escrever uma história da cidade, que acabou por não ver a luz do dia, embora se tenha reunido um acervo documental que integrou o centro de documentação do Museu (Carrapiço, Palhinha, 2015: 15). Uma das investigações que deram à estampa teve como objeto a Misericórdia de Portimão, na sequência da demolição de um imóvel que incorporava uma das antigas Igrejas da Misericórdia e após uma apresentação sobre o tema no IV Congresso Nacional de Arqueologia, cujas atas nunca foram publicadas (Carrapiço, Palhinha, 2015).

No âmbito do plano de trabalhos da segunda Comissão Instaladora do Museu Municipal de Portimão, Jaime Palhinha, com a colaboração de Alberto Piscarreta, elaborou um estudo centrado no Convento de São Francisco e na Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão (Palhinha, Piscarreta, s.d.), procedendo ao levantamento arquitetónico e fotográfico dos imóveis, bem como à sua investigação histórica, com o intuito de sensibilizar as entidades oficiais para a necessidade da sua preservação e reabilitação.

É de notar que estas iniciativas em Portimão se enquadram plenamente num movimento de valorização do património cultural que se fez sentir em todo o país após o 25 de Abril de 1974, consagrado aliás na Constituição da República de 1976, onde este era considerado um direito dos cidadãos, competindo ao Estado proteger-lo, valorizá-lo e democratizá-lo (Raposo, 2014: 262-263). Esta dinâmica relaciona-se claramente com a observação de que “os valores da memória são aqueles em que melhor se estribam as bases de qualquer





Figura 1.

Traça da Vila Nova de

Portimão, por Alexandre

Massai (1621).

Arquivo do Museu de Lisboa,

Códice Vieira da Silva,

fls. n.º 32-33 (adaptado).

refundação do contrato social", precisamente aquilo que se procurava então fazer em Portugal findas décadas de ditadura (Raposo, 2014: 264). O advento do poder autárquico democrático teve como uma das suas facetas a valorização das identidades locais, tendo-se multiplicado o número de museus municipais, de ações de valorização de edifícios e sítios arqueológicos, ou a criação de equipas técnicas locais na área do património, nomeadamente da arqueologia (Silva, 2014). Destaque também para o movimento de reabilitação urbana protagonizado pelos poderes locais, assente na participação comunitária, nomeadamente através dos gabinetes técnicos locais, depois convertidos em gabinetes de centros históricos (Aguiar, 2010: 229-230). A explosão da cidadania manifestou-se, igualmente, na criação de numerosas associações de defesa do património, previstas na primeira lei de bases do património cultural, de 1985, a par do direito de ação popular, tendo estas chegado a atingir mais de duas centenas ao longo das décadas seguintes (Raposo, 2014: 263-264).

Enfim, a obra *As Muralhas de Portimão* integra-se perfeitamente nesta dinâmica de valorização da identidade e do património local que se seguiu a 1974, bem como no espírito de mobilização da comunidade para os desafios que o país enfrentava. Como se escreveu na conclusão do livro, o património era, afinal, o orgulho do povo, a nível nacional, regional, mas também local. Portimão não tinha por que ficar fora deste desiderato.

O conteúdo da obra e a sua integração historiográfica

A publicação d'*As Muralhas de Portimão* nasceu da assunção que, até àquela data, eram escassos os estudos sobre o passado da cidade. Referia-se na introdução a existência de duas monografias locais – certamente as do padre José Gonçalves Vieira (Vieira, 1911) e de Albino Lapa (Lapa, 1959) – mas considerava-se que estas apenas mencionavam as muralhas, sem as identificar ou estudar. Desta bibliografia se serviram os autores, entre outra que, não sendo monográfica da cidade, a citava em algum aspecto do seu passado, nomeadamente na breve contextualização histórica que ali é feita, destinada precisamente a mostrar a sua importância.

Nesta perspetiva dos autores não podemos deixar de reconhecer um olhar que consideramos arqueológico. Se é certo que eram conhecidas as principais datas ou factos associados à cerca urbana de Portimão, havia a necessidade de identificar os seus vestígios, conhecer a sua materialidade. De facto, os autores assumem que este trabalho se baseia na procura e observação do remanescente das muralhas, procurando localizá-lo, embora cruzando com outras fontes de informação, sobretudo a cartografia histórica, e sem deixar de recuperar os dados históricos mais relevantes. Esse desejo de espacializar a realidade histórica é evocado pelos autores na introdução, quando destacam a produção de três mapas como dos principais pontos de chegada da obra.... Efetivamente, a representação da cerca de Portimão a partir da cartografia histórica de 1773 e 1818, bem como o mapa síntese dos vestígios à data da realização deste trabalho, são um dos seus maiores contributos, tendo sido reproduzidos abundantemente em numerosas publicações sobre a história e património desta cidade. De notar que os autores não utilizaram, porém, a obra de Alexandre Massai (Guedes, 1988), representação plena de pormenores sobre a configuração da vila nas primeiras décadas do século XVII, incluindo aspetos das suas fortificações (Fig. 1 e 2), como vieram a assumir em trabalho posterior (Carriço, Palhinha, 2015: 16).

Paralelamente, esta visão arqueológica espelha-se no corpo central da publicação, entre as páginas 17 e 19, reconstituição do circuito que a muralha descreveria, assinalando os troços que ainda se preservavam, ilustrando-os com fotografias e descrevendo também características técnicas da construção. A par da sagacidade da investigação então realizada, reconhecendo vestígios entre o denso casario da zona histórica da cidade, cumpre registar o carácter documental da publicação ainda hoje, pelo retrato detalhado desta estrutura há meio século, evidenciando estruturas que hoje já não existem ou se encontram largamente camufladas.

Juntamos apenas mais um detalhe que revela este olhar arqueológico. Se entre os argumentos utilizados pelos autores para defender a proeminência histórica da então Vila Nova de Portimão está o prestígio dos seus donatários², bem como o dinamismo da sua atividade económica – já então largamente documentado pela historiografia (Magalhães, 1970) –, estes não deixam de aludir, na página 16, à descoberta do brasão

² Assunto que mais recentemente foi abordado em Vidigal, 1993: 76-79.



Figura 2. Excerto de *Traça da Vila Nova de Portimão*, por Alexandre Massai (1621). Arquivo do Museu de Lisboa, Códice Vieira da Silva.

dos Castelo-Branco junto ao postigo da igreja, no então Boa Esperança Atlético Clube, descrevendo-o, mas infelizmente não o ilustrando. Desconhece-se o paradeiro deste objeto.

Por fim, nas derradeiras páginas da obra os autores ajuizam bem sobre a ineficiência da muralha a partir de meados do século XVI, seguindo-se a construção do novo dispositivo defensivo abaluartado na barra, bem como sobre a invisibilização da cerca no quadro da evolução urbana ao longo da época moderna, encostando-se-lhe casas que paulatinamente a vão ocultando. O terramoto e marmoto de 1755 não deixa naturalmente de ser mencionado como mais um grande agente responsável pela destruição do sistema militar, embora crendo que tal é particularmente relevante no que toca à barbacã, a muralha secundária que existiria no exterior da cerca principal, destinada a dificultar o acesso ao perímetro defensivo, como nos demais castelos baixo-medievais (Monteiro, 1999: 86-92).

A obra encerra com um apêndice documental. Por um lado, transcreve-se a parte referente a Portimão das memórias paroquiais, um inquérito ordenado em 1758 pelo marquês de Pombal como secretário de Estado dos Negócios do Reino a todo o país, no qual se inquiriam os diversos párocos sobre aspectos geográficos, históricos, demográficos, económicos e administrativos dos respetivos territórios, a par de notícias sobre eventuais estragos causados pelo terramoto de 1755; a compilação destes dados foi realizada pelo padre Luís Cardoso, prosseguindo após a sua morte, resultando em 44 volumes manuscritos denominados *Dicionário Geográfico*, estando Portimão no volume 29 (Braga, 2014). Por outro lado, transcreve-se parcialmente, a partir





Figura 3.
Proposta de implantação da Muralha de Portimão e da ocupação urbana presente aquando do levantamento de Alexandre Massai (1617-1621).

de fotocópia existente na biblioteca da cidade, um pedido de autorização, datado de 1806, para a destruição da parte da muralha situada junto à Porta da Ribeira, na zona ribeirinha, para aproveitamento da pedra com vista à construção de um cais.

Novos achados³

Na génesis da obra que agora se reedita está um interesse que já afirmámos ser de carácter arqueológico, muito embora não fosse a formação dos autores. Com efeito, assinalava-se na introdução que as demolições de casas então ocorridas na cidade aguçaram o interesse pelo tema, como se os vestígios identificados nos seus escombros impelissem a novas descobertas, à investigação do tema.

De facto, nas últimas décadas tem sido a arqueologia a grande fonte de novas informações sobre as muralhas de Portimão, num quadro bastante mais satisfatório que o daqueles anos. No entretanto estabeleceu-se um quadro legal de proteção do património arqueológico, assim como instituições nacionais, regionais e locais com incumbências na sua salvaguarda e valorização (Bugalhão, 2021: 41-117). Cumpre aqui assinalar sobretudo o quadro local, destacando-se a intervenção do Sector de Património da Divisão de Museus e Património/Museu de Portimão, estrutura da Câmara Municipal de Portimão, que, no âmbito das suas competências, executa um acompanhamento técnico das operações urbanísticas com implicações ao nível do património arqueológico e edificado.

Neste contexto, importa salientar que, cumprindo os pressupostos legais em vigor, os processos urbanísticos que decorrem na autarquia e que se inserem em áreas de proteção de monumentos classificados ou em áreas de sensibilidade arqueológica são sujeitos, desde o sua submissão, a apreciação técnica, na sequência da qual se ponderam as implicações ao nível da afetação patrimonial e se definem as medidas minimizadoras no âmbito da arqueologia preventiva, posteriormente sujeitas a parecer vinculativo por parte das entidades de tutela. O acompanhamento técnico dos serviços da autarquia não se esgota no decorrer do processo de licenciamento, prolongando-se durante os trabalhos arqueológicos de salvaguarda, culminando com o depósito no Museu de Portimão do espólio recolhido e dos relatórios e registos produzidos. Posteriormente, esta estrutura autárquica intervém na investigação, da qual resultam publicações científicas ou de carácter mais generalista, no âmbito da conservação, divulgação e valorização dos vestígios patrimoniais identificados⁴.

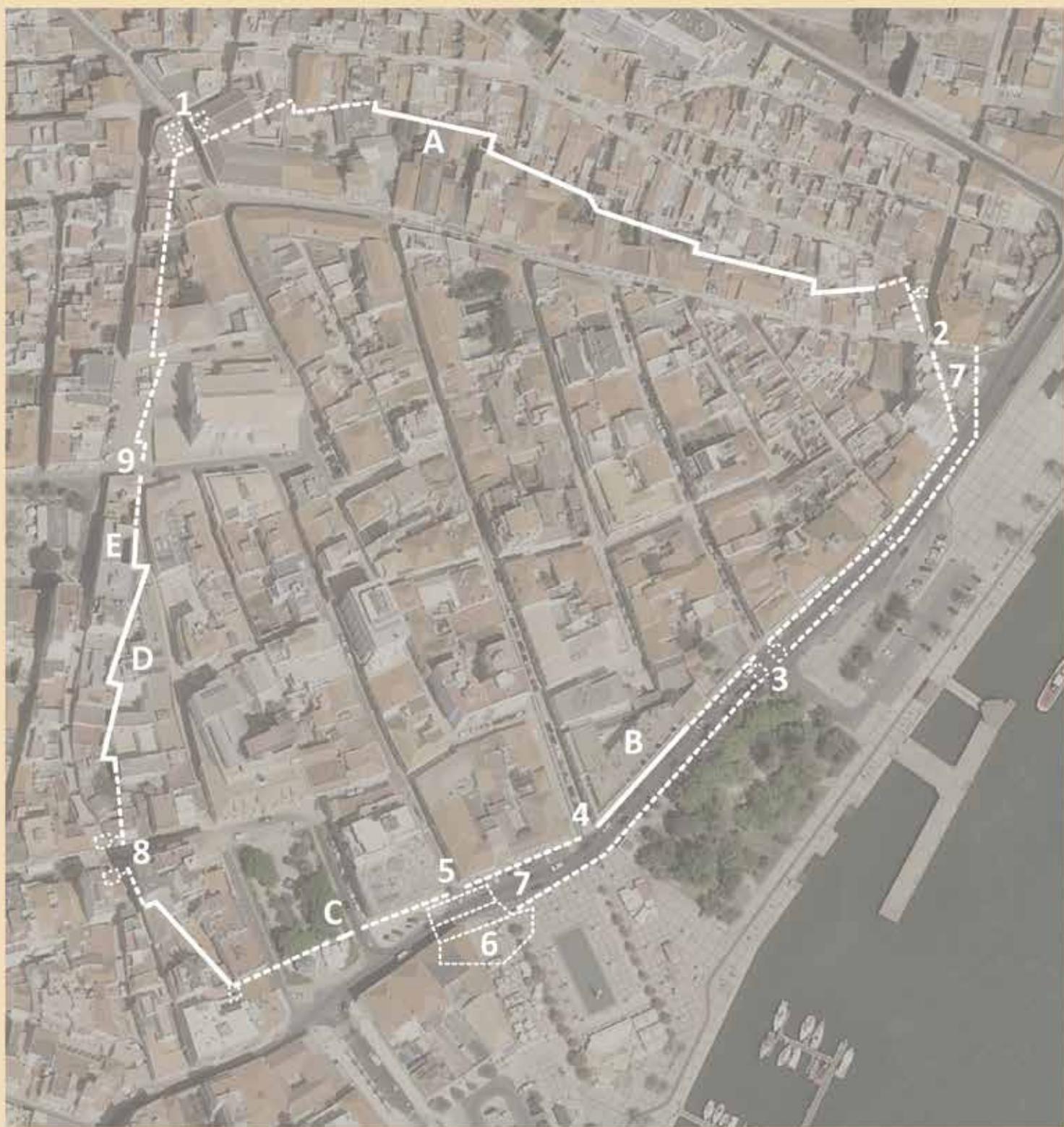
É, quanto a nós, esta alteração de paradigma – entre o anterior registo patrimonial já numa fase adiantada de obra e os atuais procedimentos de salvaguarda preventiva – que tem permitido a obtenção de dados relevantes e com fundamento científico sobre a dinâmica de ocupação no centro histórico de Portimão, desde a época romana até a atualidade.

Dos vários contributos recentes, decorrentes da implementação dos atuais procedimentos de salvaguarda patrimonial, destacaremos os que nos permitiram a obtenção de dados sobre a ocupação baixo-medieval e moderna de Vila Nova de Portimão, mais concretamente com incidência em troços da Muralha. Contudo, deve referir-se que os trabalhos de arqueologia preventiva não se esgotam na zona das Muralhas, estendendo-se à área de ocupação urbana que se encontra incluída nos levantamentos de 1617-1621, produzidos por Alexandre Massai (Guedes, 1988). Através de uma análise comparativa entre esta cartografia e o atual cadastro urbano, é possível observar uma clara manutenção urbanística de vários quarteirões ao longo do tempo (v. Fig. 3), tanto na zona intramuros, como no seu exterior. É um assunto que merecerá atenção noutra lugar, cingindo-nos aqui à questão da muralha.

Iniciamos o percurso da cerca de Vila Nova de Portimão pela Porta da Serra, que permitiria o acesso ao território situado a norte e à própria Serra de Monchique. Quanto às características arquitetónicas da Porta da

³ Os autores agradecem as informações prestadas e a cedência de documentação fotográfica por parte dos colegas responsáveis pelas várias intervenções arqueológicas no Centro Histórico de Portimão.

⁴ O Sector de Património da DMP/Museu de Portimão encontra-se a ultimar uma publicação centrada nas recentes intervenções arqueológicas, denominada *Centro Histórico de Portimão: Contributos da Arqueologia de Salvaguarda*, prevendo-se a sua edição no ano de 2026.



1 - Porta da Serra
 2 - Porta ou Postigo do Fumeiro
 3 - Porta da Ribeira
 4 - Porta ou Postigo de Santa Isabel
 5 - Porta da Praça ou da Guarda
 6 - Baluarte de Stº Barbara
 7 - Barbacã
 8 - Porta de São João
 9 - Postigo da Igreja ou Postigo de São Sebastião

A - ISMAT
 B - Edifício Mabor
 C - Jardim 1º de Dezembro
 D - Academia de Música de Portimão
 E - Praça da República

Figura 4. Proposta de implantação da Muralha de Portimão.



Figura 5. Local de implantação da torre albarrã este da Porta da Serra.

Serra, à semelhança da Porta de S. João e da Ribeira, consideramos que estes acessos estariam defendidos por duas torres albarrãs, isto é, torres avançadas relativamente ao troço da muralha, ligadas à cerca através de um passadiço, suportado por um arco. A este respeito importa chamar à colação as indicações constantes nas plantas de Alexandre Massai relativas a estas três portas, onde é possível observar o avanço das torres face à muralha, tal como a menção, nos Aforamentos de Portimão de 1818, a zonas na Porta da Serra situadas debaixo do arco esquerdo e direito (Carrapiço *et al.*, 1974: 24). Outro fator que nos leva a considerar esta hipótese é a prevalência no atual urbanismo da cidade do traçado destas torres, mais concretamente no edifício do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (ISMAT), que incorpora a torre Este da Porta da Serra (Fig. 5).

De salientar que a configuração proposta não é de forma alguma inusitada. Na Baixa Idade Média, as portas das fortificações



Figura 6. Vista aérea do terceiro troço da zona intra-muros, no seguimento da Porta da Serra⁶

passaram a ser sistematicamente enquadradas por torres de diversos formatos, a fim de protegerem estes elementos mais vulneráveis dos dispositivos militares (Barroca, 1998: 812). Paralelamente, assistiu-se a uma utilização significativa das torres albarrãs nesta época, seguindo uma tradição construtiva dos finais do domínio islâmico, nomeadamente junto às portas das fortificações, novamente como elemento de reforço defensivo (Monteiro, 1999: 73-74). Um bom paralelo da configuração que julgamos teria a porta de Portimão é a da porta da Ribeira ou de São Gonçalo de Lagos, inserida na primitiva cerca, que tem, porém, uma datação de construção bastante lata, entre o século XIV e o final da centúria seguinte (Trindade, 2009: 362; Pereira, 2017: 28-30). Apesar de muito restaurada, esta porta era claramente uma porta protegida no exterior por uma torre albarrã de cada lado.

No que diz respeito ao perímetro norte da muralha de Portimão, localizado entre a Porta da Serra e a Porta do Fumeiro⁵, constata-se que é nesta zona que se concentram os seus troços mais bem conservados. Paradoxalmente, é também aqui que estes têm menos visibilidade, por se encontrarem incorporados no âmago das edificações existentes, tanto da área intra como extramuros, refletindo-se o traçado da cerca no cadastro urbano e na rede viária atual.

É notório que a zona onde hoje se situa o ISMAT (zona A, Fig. 4, Fig. 6) apresenta construções com uma orientação distinta da continuidade desse quarteirão, em resultado de uma provável ocupação mais tardia. De facto, na cartografia histórica disponível é possível verificar que esta área se encontra erma até aos inícios do século XIX. A muralha encontra-se aqui em bom estado de conservação, preservando-se inclusive o seu adarve, que é facilmente observável a quem visita o espaço.

À muralha e seu adarve foram paulatinamente adossadas inúmeras construções, sendo frequente o espaço entre as habitações e a face da muralha ser utilizado como logradouro (Fig. 7 e 8). Contudo, denota-se que os espaços abertos têm vindo a ser ocupados com novas construções ilícitas, facto que dificulta a percepção do traçado original da cerca, conduzindo a algumas interpretações erróneas (cf. Magalhães, 2008: 189).



Figura 7. Vista do terceiro troço da zona extramuros, no seguimento da Porta da Serra (Campos, Gonçalves, 2024)



Figura 8. Vista de intramuros da inflexão da muralha, entre o terceiro e quarto troço, no seguimento da Porta da Serra⁶

⁵ Situado entre a Rua Professor José Buísel (antiga Rua do Postigo dos Fumeiros, mais tarde Rua de Gustavo Cordeiro Ramos) e a Rua do Forno (antiga Rua do Forno dos Fumeiros) / Rua Estevão Vasconcelos (antiga Rua do Curral do Concelho).

⁶ https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Muralhas_de_Portimao_6__29.01.2025.jpg&oldid=1080920129 (Bextrel, CC BY 4.0 <<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>>, via Wikimedia Commons).

⁷ (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Muralhas_de_Portimao_1_-_29.01.2025.jpg) (Bextrel, CC BY 4.0 <<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>>, via Wikimedia Commons).



Figura 9. Vista do embasamento da muralha da Vila Nova de Portimão, parcialmente sob a fachada do edifício Mabor (Botelho, Ferreira, 2018).

A muralha continuaria no sentido este-oeste até ao Postigo dos Fumeiros, incluindo, nas proximidades deste, uma zona de acesso a acesso uma pequena torre, cuja memória julgamos que se mantém no urbanismo atual, mais concretamente no edifício situado na confluência entre a Rua do Forno e a Rua da Barca.

Entre o Postigo dos Fumeiros e a Porta da Praça ou da Guarda⁸ situava-se a frente ribeirinha da cerca, a mais propensa a ataques de forças opositoras fundeadas no rio. Este facto conduziu à necessidade de reforço das suas defesas, verificável pela construção das duas torres albarrãs na Porta da Ribeira, da própria barbacã e, posteriormente, pela implantação do baluarte de Santa Bárbara.

Nesta área, decorrente do projeto de reabilitação e ampliação do edifício na zona ribeirinha comumente designado por Mabor (zona B, Fig. 4), efetuou-se uma intervenção arqueológica de salvaguarda no quarteirão entre o Postigo de Santa Isabel e a Porta da Ribeira (Rua de Santa Isabel e a Praça Visconde Bívar). Através desta, foi possível identificar um complexo industrial de preparados piscícolas de época romana, cuja época de construção é, de momento, difícil de aferir, mas que comprovadamente se manteve em laboração até ao baixo-império romano (século IV e V d.C.). Contudo, estes não foram os únicos vestígios arqueológicos detetados, tendo sido possível verificar que se conservava parcialmente, sob a fachada do edifício virada ao rio, o embasamento da muralha da Vila Nova de Portimão (Fig. 9). Cooevo deste troço da cerca, registou-se uma estrutura habitacional, associada a um poço de onde se exumou espólio enquadrável entre os séculos XV-XVI (Botelho, 2014-15; Botelho, Ferreira, 2018). A estrutura defensiva presente no local foi preservada, optando-se pela valorização de dois troços, atualmente acessíveis aos frequentadores dos espaços comerciais na frente-rio do edifício.

O momento da demolição da muralha na frente ribeirinha é impreciso, devendo, porém, situar-se nos inícios do século XIX, de acordo com os indícios presentes em dois documentos. Referimo-nos ao já citado pedido efetuado em 1806 para a demolição da muralha situada junto à Porta da Ribeira, para aproveitamento da

⁸ Localizado na Frente Ribeirinha desde o Jardim 1º Dezembro, Praça Manuel Teixeira Gomes, Praça Visconde de Bívar, Rua Serpa Pinto e Largo Francisco A. Maurício.

pedra com vista à construção de um cais (Carrapico et al., 1974: 46). Apesar de a autorização não ter sido concedida, esta solicitação demonstra que a estrutura defensiva era nesse momento encarada como um estorvo à evolução da cidade e, simultaneamente, constituía uma fonte de matéria-prima para construções mais prementes. Uma Deliberação da Câmara de Portimão de 1837 refere-se à demolição da antiga casa de mancebia, situada na esquina entre Rua de Santa Isabel e Praça Visconde Bivar, onde se erguia nouros tempos a muralha (Lapa, 1959:16), o que demonstra que, pelo menos nesse troço e nessa data, a muralha já teria sido desmontada.

O projeto de reabilitação do Jardim 1º de Dezembro⁹, promovido pela Câmara Municipal de Portimão, foi alvo de trabalhos de minimização de impactes arqueológicos, considerando a sensibilidade arqueológica do local (zona C, Fig. 4). Colocava-se a possibilidade de no Jardim se conservar um troço da muralha, bem como vestígios da ocupação da Idade Moderna, à semelhança de outras intervenções na envolvente. Tal presunção foi confirmada no decorrer da escavação arqueológica, tendo-se identificado um troço da muralha com cerca de 4m de comprimento e 2,20m de largura, embora preservada apenas ao nível da sua fundação, o que nos permitiu averiguar, ainda assim, o seu modo de construção (Fig. 10 e 11). Compunha-se de duas paredes de



Figura 10. Embasamento da muralha da Vila Nova de Portimão no Jardim 1º de Dezembro.

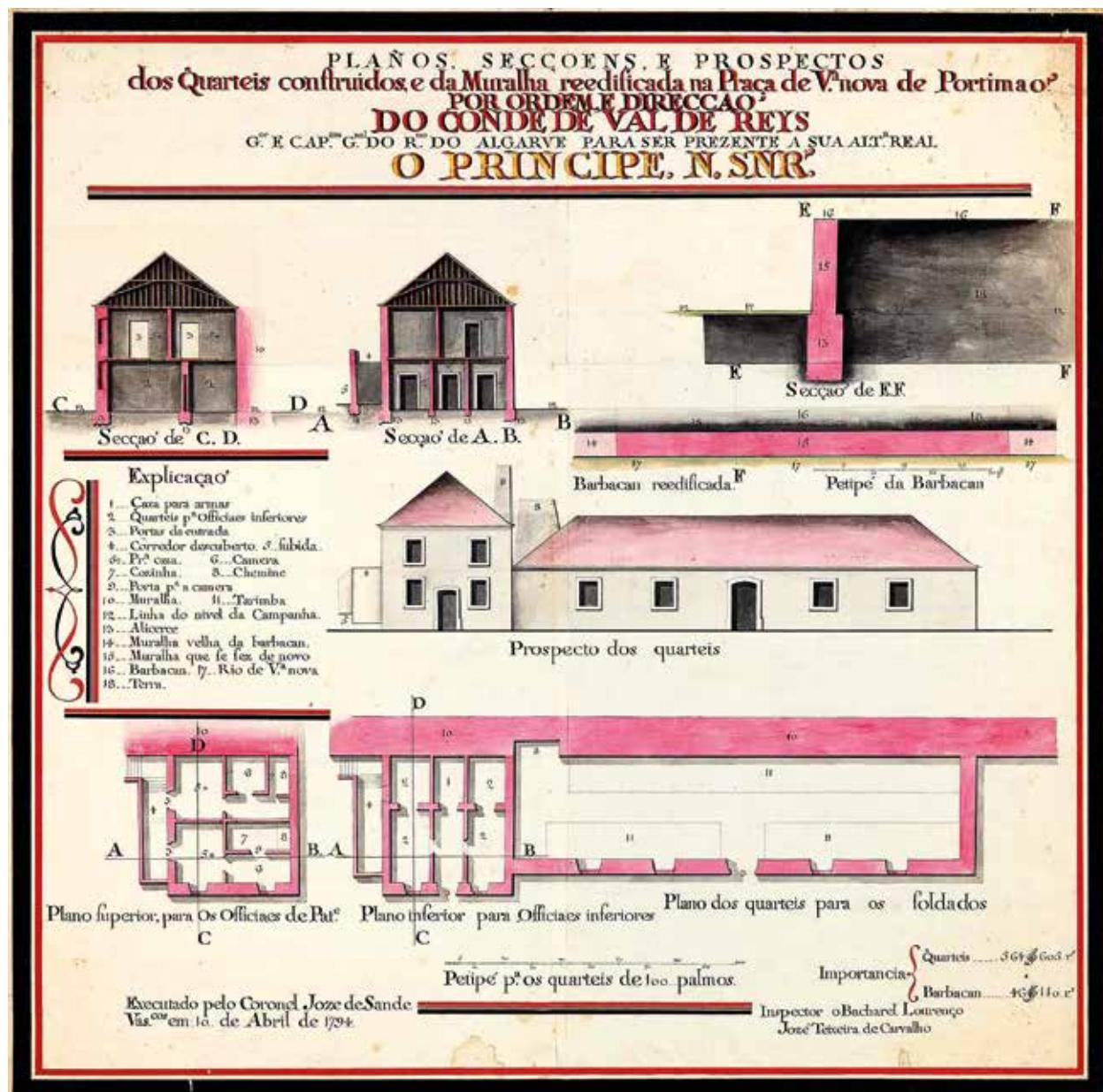


Figura 11. Planta do embasamento da muralha da Vila Nova de Portimão no Jardim 1º de Dezembro.

⁹ Este jardim foi construído em 1931, numa área antes ocupada, a norte, por uma pequena cerca pertencente ao Palácio Sárrea e, a sul, por um pequeno aquartelamento militar desativado nos finais do século XIX.

alvenaria com cerca de 0,70m de largura, maioritariamente de pedra calcária da região, de média e grande dimensão, unida por argamassa de cal. O espaço entre estas (com c. de 0,80m de largura) encontrava-se preenchido por pedras calcárias, de médio e grande calibre, dispostas aleatoriamente. Esta estrutura defensiva assentava no substrato geológico, sem vala de fundação e acompanhando a topografia natural do terreno. Apenas numa pequena área se registou uma camada de argamassa que extravasava os limites da fundação da muralha, supondo-se com a intenção de fortalecer a única zona do embasamento que não assentava diretamente no calcário, pois cobria parcialmente uma estrutura negativa mais antiga, correspondente a uma sepultura romana, a única evidencia funerária desta época registada no centro histórico de Portimão (Freitas, 2021, Freitas, *et al.*, no prelo).

A demolição deste troço deverá ter ocorrido nos finais do século XIX /início do século XX, período que medeia a desativação do aquartelamento militar que se encontrava adossado à muralha (Fig. 12) e a inauguração do jardim em 1931.



No seguimento do Jardim 1º de Dezembro, a cerca infletiria para Norte¹⁰, encontrando-se esta inflexão marcada pela presença de uma outra pequena torre. Julgamos que a evidência arquitetónica desta ainda pode ser rastreada num pequeno espaço de logradouro existente nesse quarteirão, situado entre a R. da Porta de S. João e o Largo 1º de Dezembro.

A Porta de S. João, à semelhança da Porta da Serra e da Ribeira, seria defendida por duas torres albarrãs, sendo que uma das torres ainda se encontrará incorporada num edifício da Rua Direita, enquanto a outra (Fig. 13), na Rua Diogo Tomé, terá sido alvo de demolição.

Mais a Norte, na Rua Ernesto Cabrita, 19 – 33, (zona D, Fig. 4), no âmbito de uma obra de reabilitação de edifício, realizou-se uma extensa intervenção arqueológica numa área anexa a um troço de cerca de 65 metros da muralha (Nunes, *et al.*, no prelo; Osório, *et al.*, 2018). O seu traçado compreende dois ângulos do sistema defensivo em dente-de-serra – a que adiante nos referiremos –, encontrando-se estes bem demarcados por cunhais de silhares de pedras facetadas. Apesar da sua face interior ter sofrido várias perturbações, decorrentes das estruturas habitacionais que lhe foram sendo adossadas ao longo do tempo, a muralha ainda conservava o seu adarve ou “caminho de ronda” (Fig. 14).



Figura 13. Local de implantação da torre albarrã Sul da Porta de S. João.



Figura 14. Face interna da Muralha no edifício da Rua Ernesto Cabrita, 19 – 33 (Osório *et al.* 2018).

¹⁰ Troço situado entre a Rua da Porta de S. João e o Largo 1º de Dezembro, a Rua Diogo Tomé e a Rua Dr. Ernesto Cabrita, a Praça da República, a Rua Machado dos Santos e a Rua da Igreja.



Figura 15. Abertura entaipada na Muralha, situada junto do cunhal da muralha no edifício da Rua Ernesto Cabrita, 19 – 33 (Osório *et al.* 2018).



Figura 16. Face interna da Muralha no edifício da Praça da República¹².

Outra relevante informação obtida durante esta intervenção foi a existência de uma pequena abertura entaipada, encimada por um arco ogival, no alçado Norte do pano de muralha (Fig. 15). Esta abertura foi interpretada como podendo corresponder a uma pequena porta (poterna), até ao momento desconhecida, ou a uma canhoneira, para colocação de uma peça de artilharia – aspeto que também retomaremos adiante. Tanto na área deste lote, como na Casa da Nossa Senhora da Conceição (Freitas, 2017)¹¹, situada defronte na mesma rua, foi ainda possível registrar evidências de arruamentos e da ocupação habitacional do espaço durante a época moderna (séc. XVI/XVIII), ampliando-se, desta forma, o conhecimento do urbanismo da Vila Nova de Portimão. Atualmente, a estrutura defensiva encontra-se integrada no edifício reabilitado.

É ainda possível observar um pequeno troço da cerca integrado num espaço comercial situado no topo Este da Praça da República (zona E, Fig. 4, Fig. 16), entre a Porta de S. João e a Porta da Serra, encontrando-se este muito alterado por construções posteriores.

¹¹ Atualmente, a sede da Junta de Freguesia de Portimão.

¹² Foto com autoria do Arq. Marco Rodrigues, a quem agradecemos a sua cedência.

No contexto da intervenção arqueológica integrada nas recentes obras de requalificação da envolvente da Igreja Matriz de Portimão, foi possível verificar que, na zona do Postigo da Igreja, a Muralha encontra-se integralmente desmontada, não se conservando quaisquer vestígios da sua fundação (Dias *et al.*, 2024).

No que concerne ao troço da cerca que desemboca na Porta da Serra, integrado no quarteirão entre a Rua Machados dos Santos e Rua da Igreja, este encontra-se ainda hoje marcado no cadastro urbano, não sendo possível, de momento, verificar o seu estado de conservação.

Para uma revalorização da importância das muralhas

Os dados que apresentamos, a par dos que foram publicados há cinquenta anos, permitem-nos afirmar que a muralha de Portimão não desapareceu, mas que ainda subsistem troços significativos do seu perímetro ou aspetos particulares da sua configuração. Trata-se, pois, de um monumento que traduz a importância histórica deste aglomerado urbano, um legado daquele momento fundador. No entanto, como já tivemos oportunidade de referir noutro lugar (Teixeira *et al.*, 2024), estamos fortemente persuadidos que a importância da criação de Vila Nova de Portimão e o seu amuralhamento extravasam claramente o âmbito local, devendo considerar-se uma etapa decisiva da afirmação do país como potência marítima e o exemplo mais precoce de uma nova fase da arquitetura militar portuguesa.

Comecemos pelos factos relativos à fundação da vila e desta muralha. A nosso ver, estes são uma primeira evidência da singularidade do processo de ocupação e fortificação de Portimão. Vários elementos nos demonstram que a Coroa considerava fundamental e premente o povoamento deste lugar, a fim de assegurar a defesa da barra do Arade, o melhor porto natural do Barlavento algarvio e que se encontrava assaz desprotegido ante a inexistência de qualquer povoação relevante, menos ainda de um dispositivo defensivo. Como já foi sublinhado por outros (Coutinho, 2001: 67-68), embora centrando a análise em Sagres e não em Portimão, julgamos que este processo está diretamente relacionado com o expansionismo português no Norte de África.

De facto, o período que medeia entre 1458 e 1471 foi decisivo para a implantação portuguesa no Magrebe, sendo estes anos, a par de 1463, momentos em que o próprio rei D. Afonso V ali se dirigiu para realizar incursões militares. No termo deste período o monarca recebeu do soberano de Fez o direito de ocupação de um território nesta parte setentrional do Magrebe (então denominada *Gharb*, nome que ainda se conserva numa unidade administrativa de Marrocos), acalentando o desejo de o dominar efetivamente, na sequência de experiências bem-sucedidas ocorridas em torno de Alcácer Ceguer (Teixeira, no prelo). D. Afonso V assumiu então, a par do título de rei de Portugal, o de soberano dos Algarves d'Aquém e d'Além-Mar em África, evidenciando aquele ensejo e uma estratégia de domínio marítimo entre o Algarve português e o Algarve norte-africano. Neste quadro era importante dotar o Barlavento algarvio de um porto de grande envergadura, ou pelo menos era impensável deixar a foz do Arade desguarnecida. Lembre-se que nesta época a interioridade de Silves se adensava, ante a dificuldade de navegação do Arade para montante resultante do seu assoreamento (Magalhães, 1970: 22, 190).

Assim, era premente desde logo que existisse um povoado na barra do Arade, fixar gente naquele local. O sítio onde hoje se encontra o núcleo urbano já era habitado pelo menos desde a primeira metade do século XV. Em 1463 foi instituída aqui uma povoação, a pedido dos seus moradores. Então denominada São Lourenço da Barrosa, era dois anos depois já nomeada como Portimão. A carta de concessão foi feita com obrigação expressa dos seus habitantes construírem aqui casas no prazo de dois anos, devendo aí residir em permanência. Uma série de privilégios e isenções foram então outorgados, como também em 1464, expressamente para promover o seu povoamento. Estas mercês foram conferindo autonomia deste aglomerado – pelo menos a partir de 1470 denominado como vila – face a Silves, a histórica cidade da região, cujo município integrava parte importante do Barlavento algarvio. A este propósito refira-se que, na segunda metade do século XV, foram instituídas apenas quatro vilas em todo o país, sendo uma delas precisamente Vila Nova de Portimão, mais um sinal da singularidade deste processo.

Em 1476, depois de uma efémera concessão de direitos reais nesta terra na década anterior ao almirante Rui Afonso de Melo, D. Afonso V concedeu o senhorio da vila a Gonçalo Vaz de Castelo Branco, vedor da fazenda, regedor e governador da Casa do Cível e almotacé-mor, que se notabilizara na guerra empreendida pelo monarca em Castela, onde reclamava o seu trono (Marques, Ventura, 1990: 9-11; Vidigal, 1993: 78; Silva, 2021: 128-131, 139). Por fim, em 1478 foi criado aqui um couto de homiziados, mecanismo pelo qual a Coroa perdoava crimes cometidos aos indivíduos que aceitassem fixar-se num determinado local – geralmente espaços que se pretendia povoar para assegurar a integridade territorial do país. Na carta de criação do couto de Portimão, a chancelaria régia registou que o seu fito, tal como o de criação da própria vila, era a defesa do Algarve, assinalando a ameaça que pairava sobre os seus habitantes de ataque de navios inimigos, face à ausência de fortificações (Moreno, 1986: 93, 125).

Com efeito, é evidente que, na sequência da criação da Vila Nova de Portimão, a Coroa determinou a construção de uma cerca que protegesse o aglomerado urbano, obrigando a que todas as casas da região pagassem uma importância para custear as suas obras. Esta determinação causou protestos de vários concelhos algarvios, em 1475, mas D. Afonso V manteve a sua decisão, certamente crente que a construção do sistema defensivo da barra do Arade era imprescindível e urgente. Não sabemos o ritmo de construção da fortificação, mas é certo que em 1475 e 1477 ainda se faziam trabalhos, considerando-se que estes já estavam atrasados (Iria, 1993: 51-52; Silva, 2021: 181). Ao contrário do que chegam a aventar os nossos autores, as notícias de obras em períodos posteriores são meras reparações (cf. Magalhães, 2008: 192-193), pelo que a estrutura terá sido terminada naquela década do século XV com a configuração que manteve ao longo dos séculos.

De facto, n'*As Muralhas de Portimão* refere-se um documento de 1647 sobre os serviços de António da Costa Mascarenhas na fortificação da vila, assumindo-se primeiro que só nesta época teriam terminado as muralhas, mas acabando por concluir que nesta data terá ocorrido uma reparação ou adição (Carrapico et al., 1974: 10-11, 17). De facto, este documento pode referir-se ao baluarte que existia em frente da Porta da Praça ou da Guarda, situada na atual Rua 5 de Outubro. Temos conhecimento da existência de uma imponente estrutura soterrada, observada nos inícios da década de 90 do século passado, aquando da realização de novas infraestruturas neste local, não nos tendo sido possível obter mais dados sobre as suas características e o estado de conservação. Contudo, considerando o local do achado, alvitramos a possibilidade de esta se tratar das ruínas do Baluarte de St. ^ª Bárbara.

Em suma, é para nós evidente que o processo de povoamento e fortificação de Portimão representa um facto singular da história portuguesa baixo-medieval. Foi uma das poucas vilas criadas nesta época, com vastos privilégios e obrigações destinados expressamente a uma urgente fixação populacional e proteção militar, erguendo-se no imediato e com bastante rapidez uma cerca urbana, para a qual se convocaram todas as terras do Algarve. A nosso ver, Portimão foi então uma peça chave para o projeto de alargamento do espaço português para o Norte de África – uma das principais empresas da dinastia de Avis, motivo das grandes realizações propagandísticas da época (Teixeira, no prelo) – e de afirmação de uma estratégia marítima para o país, que tinha no Algarve um dos seus principais espaços de dinamização. Só esta importância justifica a premência com que decorreu todo o processo, numa época em que, recorde-se, as ações do soberano português se viravam para Castela. A este propósito cumpre assinalar que o processo de fortificação de Portimão foi ordenado por D. Afonso V, mas ocorreu estando o príncipe, futuro rei D. João II, na prática à frente da governação do país, ante ausência do seu pai.

Outro aspeto que revela a singularidade da muralha de Portimão é a sua própria configuração. Já os nossos autores tinham sublinhado que estas tinham sido erguidas em dente de serra, considerando tal uma inovação (Carrapico et al., 1974: 19), sem, contudo, assinalar o seu pioneirismo e a relação com a revolução militar que então ocorria, com a crescente difusão da artilharia nos campos de guerra.

Com efeito, a construção da cerca de Portimão ocorreu num momento de profunda transformação das estruturas militares portuguesas, seguindo um impulso que já então se espalhava na Europa. Por estes anos vinha-se afirmando uma nova forma de combater que revolucionava hábitos e práticas duradouramente estabelecidas: a artilharia substituía as espadas, as lanças, os arcos e as bestas nos teatros de guerra,

a pirobalística tomava o lugar na neurobalística, numa verdadeira revolução militar que tem sido considerada entre os principais fatores de diferenciação entre a Idade Média e a Idade Moderna. Este fenómeno acarretou alterações nas fortificações, que doravante tinham que ser concebidas para se defender e ripostar face a ataques com armas de fogo. Naturalmente que estas mutações não ocorreram num ápice, antes se verificando um período de transformação que, na arquitetura militar, ficou conhecido como de transição, precisamente porque se procurava adaptar os velhos castelos e cercas medievais aos novos desafios da arte da guerra, antes de assumir uma conceção absolutamente nova de fortificar. Em Portugal esta transição foi particularmente longa, apontando-se como os seus marcos o final do reinado de D. Afonso V e os primeiros anos do reinado de D. João III, ou seja, entre as décadas de 1470 e 1530 (Moreira, 1989: 91-94).

Assim, a construção da cerca de Portimão insere-se neste momento fundador da arquitetura militar de transição em Portugal. Do que se conhece desta muralha podem destacar-se dois elementos. Por um lado, grande parte da cortina defensiva foi erguida recorrendo a um traçado denominado de dente de serra, ou seja, os vários troços da muralha estão dispostos desfasadamente para permitir fogo de flanco em toda a sua extensão. Explicitando: em vez de termos uma muralha contínua e alinhada, esta tem vários ângulos retos duplos no seu traçado, originando projeções e recuos, como que em ziguezague, permitindo que desses ângulos se dispare lateralmente ao longo das cortinas, impedindo assim a aproximação dos inimigos aos panos de muralha de forma mais eficaz. Calcula-se que cada segmento da muralha tivesse 40 varas de comprimento, ou seja, 44 metros (Trindade, 2009: 609). Por outro lado, o achado da Rua Ernesto Cabrita evidencia o que, quase certamente, corresponde ao arco interior de uma bombardeira, tanto pelas suas dimensões e configuração, pouco condicentes com uma poterna, como pela sua colocação, precisamente num dos requebros da muralha, permitindo, portanto, o disparo ao longo da cortina, potenciando o mencionado traçado de dente de serra. Ora, à luz do que conhecemos hoje, este é o mais antigo exemplo português de uma cerca urbana com estes dois dispositivos, sendo por isso pioneira numa tecnologia que se difundiu nas décadas seguintes, sempre com o objetivo de adaptar as fortificações à nova forma de combater, com um crescente uso de bocas de fogo nos campos de batalha e no assédio a fortificações (Moreira, 1989: 99 e ss.; Barroca, 2003; Cid, 2007: 88 e ss.).

Com efeito, conhecemos traçados de dente de serra provavelmente anteriores. Esse é o caso da cerca nova de Évora, concluída na década de 1440, ou da primitiva cerca de Sagres, obra do tempo do Infante D. Henrique, portanto presumivelmente erguidas até 1460. No entanto, da primeira não se conhecem quaisquer dispositivos para disparo de artilharia comprovadamente dessa época e da segunda não restam quaisquer vestígios, mas apenas uma representação em cartografia claramente posterior¹³. Outras obras deste período, como o atalhão de Portalegre ou o castelo de Ourém, embora com sinais de modernidade, não dispunham de nenhum destes dispositivos, nomeadamente referentes ao uso de artilharia. Talvez o único caso comparável com o da cerca de Portimão seja o do castelo da Feira, obra com datação da segunda metade do século XV. Aqui foram efetivamente erguidos uma cerca avançada com traçado em dente de serra e introduzidas troneiras cruzetadas para disparo de artilharia, entre outros elementos modernizadores (Moreira, 1989: 94-99). Trata-se, porém, de uma obra particular, de Fernão Pereira e de seu filho Rui Pereira, este feito conde da Feira por D. Afonso V, e circunscrita à renovação de um castelo, espaço de residência dos seus senhores, detendo para mais marcada configuração palaciana. Difere, pois, substancialmente de uma obra régia muito mais substancial, a de Portimão, que circundava todo o aglomerado urbano. De referir que as construções erguidas nesta época no Norte de África – espaço que, como já referimos, encerrava uma das principais apostas estratégicas de Portugal à época –, nomeadamente os trabalhos dirigidos a partir de 1473 em várias cidades, não parecem adotar imediatamente estes princípios inovadores, nomeadamente na construção das cortinas dos atalhos, onde predominam os traçados lineares. Só nas obras de inícios do século XVI é que o traçado denteado se generalizou (Correia, 2008: 360-362).

¹³ Já foi reconhecido que a estrutura de Portimão, como também a de Sagres, correspondem efetivamente às primeiras experiências de adaptação das estruturas militares à pirobalística (Trindade, 2009: 609, nota 361; Silva, 2021: 264).

O primitivo sistema defensivo de Portimão foi, pois, pioneiro na arquitetura militar de transição em Portugal, concretizando um circuito longo concebido com o traçado de dente de serra, faltando apurar a extensão dos dispositivos para disparo de artilharia implantados, embora o caso conhecido face prever a sua generalização nos ângulos duplos da cerca. De referir que a investigação sobre esta temática tem sublinhado que, muito embora a primeira grande campanha de modernização das fortificações portuguesas tenha sido levada a cabo sob D. João II e continuada por D. Manuel I, há indícios de que essa dinâmica date do final do reinado de D. Afonso V, embora seja possível o protagonismo do príncipe nesse processo, como já referimos relativamente a outra temática (Barroca, 2003: 97; Cid, 2007: 66, 93, 99, 118). Recorde-se que o futuro D. João II dirigiu a política ultramarina portuguesa a partir de 1474 e nos anos seguintes governou na prática o país, ante a ausência do seu pai em Castela e em França. Em qualquer caso, o que parece evidente é que a modernidade das muralhas de Portimão aquando da sua construção a colocam num lugar cimeiro na história da arquitetura militar portuguesa, tendo por isso uma importância patrimonial que transcende largamente o âmbito local ou regional. Cumpre, por fim, assinalar que o carácter pioneiro da estrutura é também revelador da importância que a Coroa então atribuiu à defesa deste lugar; o investimento tecnológico feito num largo perímetro defensivo urbano, erguido de raiz, a par dos decisivos estímulos ao povoamento, patenteiam a prioridade que então foi conferida à proteção da foz do Arade e à criação de Vila Nova de Portimão, uma peça que, quanto a nós, se insere na política de expansionismo marítimo então seguida pelo país.

Considerações finais

Na conclusão da obra que agora se reedita, os autores referem o “lamentável estado em que muitos dos troços da muralha afonsina se encontram”, apelando à sua conservação e até reconstrução para efeitos turísticos. Desde aquela data há meio século não se pode dizer que as muralhas tenham integrado o rol dos monumentos históricos mais antigos e emblemáticos da cidade, onde pontuam a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, o malogrado convento de São Francisco e o colégio dos jesuítas (Ventura, Marques, 1993), a par da fortaleza de Santa Catarina (Magalhães, 2008: 182-187). Ainda assim, refira-se que a par de três destes imóveis (excluindo o colégio dos inacianos), as muralhas de Portimão constituem o grupo de quatro imóveis da cidade entretanto classificados como imóveis de interesse público; matriz e fortaleza foram elevados em 1977, ao passo que o convento e a muralha foram classificados em 1993, num movimento que pareceu visar travar a degradação destas estruturas.

Atendendo ao que escreveram nesta obra e também a alguns elementos que aqui juntamos, julgamos ser inevitável subscrever aquele apelo para a preservação deste relevante património, bem como para a sua valorização junto da cidadania e dos que nos visitam. Este e outros patrimónios são do que melhor tem Portimão a oferecer, um ativo para o presente e para o futuro desta cidade centenária.

A atual perspetiva sobre o modo como a salvaguarda patrimonial deve necessariamente integrar os procedimentos autárquicos que incidem em operações urbanísticas, contribui de forma decisiva para a proteção e gestão integrada dos vestígios do passado, que se conservam, à vista de todos ou subterrânos, na cidade de Portimão. Apesar de termos consciência de que este desígnio deve ser continuamente reforçado e aperfeiçoado, julgamos que devemos salutar os que intervêm e contribuem na proteção patrimonial, sejam estes executivos camarários, técnicos autárquicos, promotores imobiliários, arqueólogos, arquitetos ou engenheiros. Apenas em conjunto poderemos continuar a implementar a necessária salvaguarda patrimonial, tendo sempre presente que o que protegemos hoje, permanecerá para os que virão amanhã.

Bibliografia

Aguiar, J. (2010) – “Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico”. In Custódio, J. (Coord.) – *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, pp. 219-235.

Barroca, M. J. (1998) – “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”. In *Revista da Faculdade de Letras: História*, 15, pp. 801-822.

Barroca, M. J. (2003) – “Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)”. In *Portvgalia*, vol. 24, pp. 95-112.

Botelho, P. (2014-15) – *Gaveto Rua Santa Isabel – Praça Visconde Bivar (Edifício Mabor) Portimão. Intervenção Arqueológica de Minimização de Impacto. Nota Técnica 1 a 5*. AES Arqueologia, Lda.

Botelho, P.; Ferreira, S. (2018) – *Gaveto Rua Santa Isabel – Praça Visconde Bivar (Edifício Mabor) Portimão. Intervenção Arqueológica de Minimização de Impacto: Relatório Técnico de Arqueologia*. AES Arqueologia Lda.

Braga, J. (2014) – *Memórias Paroquiais: índice*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Bugalhão, J. (2021) – *A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970-2014)*. Tese de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Campos, P.; Gonçalves, A. (2024) – *Relatório Prévio (nos termos do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho). Conservação e Restauro da Muralha de Portimão na Rua Dr. Estevão de Vasconcelos, n.º 15*. Lagos: Arkhais – Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda.

Carrapiço, F. J.; Palhinha, J. A.; Brázio, J. M. (1974) – *As muralhas de Portimão: subsídios para o estudo da história local*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.

Carrapiço, F. J.; Palhinha, J. A. (2015) – *A Misericórdia Velha de Portimão e o seu Hospital: subsídios para o estudo da história local*. Lisboa: Edições Colibri.

Cid, P. A. I. (2007) – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa.

Coutinho, V. (2001) – “Sistema defensivo do litoral algarvio. Do período islâmico ao século XVII”. In Coutinho, V. (Coord.) (2001) – *Defensiva da Costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII*. Portimão: Instituto de Cultura Ibero Atlântica, pp. 63-73.

Dias, R.; Nunes, T.; Silva, A. R. (2024) – *Largo e Zona Envolvente à Igreja Matriz de Portimão. Nota Técnica 1 a 3*. Cruz Quebrada-Dafundo: Era Arqueologia.

Freitas, V. T. de (2017) – *Intervenção Arqueológica Casa da N. Sr.ª da Conceição 2015-016. Gaveto da R. Bispo D. F. Coutinho, R. Dr. Ernesto Cabrita e R. Manuel Lobo, Portimão. Relatório Final*. Portimão: Museu de Portimão/ Câmara Municipal de Portimão.

Freitas, V. T. de (2021) – *Intervenção Arqueológica no Jardim 1º De Dezembro, Portimão (2017-018). Relatório Final*. Portimão: Museu de Portimão/ Câmara Municipal de Portimão.

Freitas, V. T. de; Gonçalves, D.; Tereso, J. P.; Vaz, F. (no prelo) – “Evidências da ocupação romana no centro de Portimão: o contexto funerário do Jardim 1º de Dezembro”. In Valente, M. J.; Carvalho, A. F. (eds.) – *XI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular / Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Loulé, 22-23 de Outubro de 2021). Promontoria Monográfica Digital*, 1. Faro: Universidade do Algarve.

Gameiro, J. (2018) – “Museus e Sociedades em Contextos Turísticos: O Exemplo do Museu de Portimão”. In *Boas Práticas para Políticas Públicas de Memória, Ciência e Património*. Lisboa: Media XXI, pp. 77-86.

Guedes, L. da C. (1988) – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massaii (1621)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

Iria, A. (1993) – *A liderança de Silves na região do Algarve nos séculos XIV e XV*. Silves: Câmara Municipal de Silves.

Lapa, A. (1959) – *Portimão Cidade Duas Vezes e o compromisso dos seus pescadores*. Lisboa: s.n.

Magalhães, J. R. de (1970) – *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Cosmos.

Magalhães, N. (2008) – *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas. As muralhas como património Histórico*. Faro: Letras Várias.

Marques, M.ª da G. M.; Ventura, M.ª da G. M. (1990) – *Foral da Vila Nova de Portimão. 1504*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.

Monteiro, J. G. (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa & Coimbra: Edições Colibri & Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Moreira, R. (1989) – “A época manuelina”. In Moreira, R. (coord.) – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 91-142.

Moreno, H. B. (1986) – *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI: estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença.

Neto, M. J. B (1999) – “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal”. In *Caminhos do Património*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 23-43.

Neto, M. J. B. (2010) – “Restaurar os monumentos da nação entre 1932 e 1964”. In Custódio, J. (Coord.) – *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, pp. 157-166.

Nunes, L.; Santos, F.; Osório, A. B. (no prelo) – “Intervenção arqueológica na Rua Ernesto Cabrita, 19 – 33”. In *Centro Histórico de Portimão. Contributos da Arqueologia de Salvaguarda*. Portimão: Museu de Portimão/ Câmara Municipal de Portimão.

Osório, A. B.; Santos, F.; Nunes, L. (2018) – *Relatório Final. Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Obra de Alteração e Ampliação de Edifício sito na Rua Dr. Ernesto Cabrita, n.º 19 a 33 – Portimão*. Évora: Engobe Arqueologia [policopiado].

Palhinha, J.; Piscarreta, A. (s.d.) – *Convento de São Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança em Portimão – Estudo para a sua Recuperação*. s.l., s.n..

Pereira, D. N. (2017) – *A evolução urbanística de Lagos (séculos XV-XVIII)*. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve.

Silva, G. M. da (2021) – *As portas do mar oceano: vilas e cidades portuárias algarvias na Idade Média (1249-1521)*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Teixeira, A. (no prelo) – "1471 – Rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além-mar em África". In Franco, J. E.; Braga, P. D. (coord.) – *História Global da Monarquia Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Globais – Universidade Aberta.

Teixeira, A.; Torres, J. B.; Fonseca, C. (2024) – "Guerra e fortificação na foz do Arade nas épocas medieval e moderna". In Freitas, V. Teixeira de (ed.) – *Histórias que o Rio nos Traz. Catálogo da Exposição*. Portimão: Museu de Portimão/ Câmara Municipal de Portimão, 147-159.

Trindade, L. (2009) – *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de doutoramento em História, especialidade em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Ventura, M. G. M.; Marques, M. G. M. (1993) – *Portimão*. Lisboa: Editorial Presença.

Vidigal, L. (1993) – *Câmara, Nobreza e Povo: Poder e Sociedade em Vila Nova de Portimão (1755-1834)*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.

Vieira, P. e J. G. (1911) – *Memória Monographica da Villa Nova de Portimão*. Porto: Typographia Universal.

